

REVISTA DO 1º FÓRUM

Alepe Mulher

ANO 1 | 2024



PALESTRAS

Política, saúde e bem-estar, enfrentamento à violência, educação e trabalho, legislação e direitos.

MÍSTICAS

Apresentações culturais: MPB, afoxé, forró, canto coral, grupos teatrais e muito mais.

DEPUTADAS

Contextualização da representatividade feminina na Alepe, pelas parlamentares da 20ª Legislatura.

Leila Abreu

Mandato: 1983 a 1987



Leila Abreu atuou na Alegep como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Participou ativamente do movimento "Diretas Já" e foi nomeada para a Comissão Especial responsável pela criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Lúcia Heráclio

Mandatos: 1987 a 1991, 1993 a 1996

Lúcia Heráclio foi deputada constituinte e vice-presidente das Comissões de Administração Pública e de Ciência, Tecnologia e Informática. Durante seu mandato, focou sua atuação na defesa dos direitos das mulheres e causas ambientais. Em 1996, elegeu-se prefeita de Bonito.



Teresa Duere

Mandatos: 1993 a 2003



Iniciando sua carreira ao lado de Dom Helder Câmara, a professora universitária Teresa Duere foi eleita deputada estadual em 1993. Reelegera-se para mais dois mandatos consecutivos. Posteriormente, tomou-se a primeira mulher conselheira do TCE-PE.

Rosa Barros

Mandato: 1995 a 1997



Professora e ex-secretária de Ação Social de Arcoverde, foi eleita deputada estadual em 1995. Seu mandato foi marcado por iniciativas voltadas para a zona rural, antes de renunciar em 1996 para tomar posse no Tribunal. Foi a primeira mulher a assumir a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE).

Laciana Santos

Mandato: 1997 a 2000



Ex-ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, primeira mulher a ser vice-governadora de Pernambuco, assumiu o Mandato do cargo de deputada estadual em 1997 e foi reeleita em 1998, renunciando em 2000 para assumir a prefeitura de Olinda. Na Alegep, criou leis sobre a doação de órgãos e o direito de voto.

Márcia Lucena

Mandato: 1999 a 2007



Professora e aluna de educação profissional, atuou como vice-líder do PTB e integrou várias comissões, destacando-se pela promoção de ações de infraestrutura para melhorar a qualidade de vida e pela implementação de leis voltadas para grupos vulneráveis.

Silvia Lima

Mandato: 2001 a 2007

Ex-deputada estadual do PTB, foi eleita deputada estadual em 2001. Seu mandato foi marcado por iniciativas voltadas para a zona rural, antes de renunciar em 2007 para tomar posse no Tribunal. Foi a primeira mulher a assumir a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE).

Ana Beatriz

Mandato: 2001 a 2007



Ex-deputada estadual do PTB, foi eleita deputada estadual em 2001. Seu mandato foi marcado por iniciativas voltadas para a zona rural, antes de renunciar em 2007 para tomar posse no Tribunal. Foi a primeira mulher a assumir a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE).

Ana Carolina

Mandato: 2001 a 2007

Ex-deputada estadual do PTB, foi eleita deputada estadual em 2001. Seu mandato foi marcado por iniciativas voltadas para a zona rural, antes de renunciar em 2007 para tomar posse no Tribunal. Foi a primeira mulher a assumir a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE).

Ana Carolina

Mandato: 2001 a 2007

Ex-deputada estadual do PTB, foi eleita deputada estadual em 2001. Seu mandato foi marcado por iniciativas voltadas para a zona rural, antes de renunciar em 2007 para tomar posse no Tribunal. Foi a primeira mulher a assumir a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE).

REVISTA DO 1º FÓRUM Alepe Mulher

ISBN 978-65-01-06928-9

Fabiola Cabral
Mandato: 2019 a 2023



Com raízes tanto no Recife quanto no Cabo de Santo Agostinho, Fabiola Cabral tem o histórico de envolvimento em projetos sociais voluntários, focando na inclusão das mulheres no mercado de trabalho. A publicitária se elegeu em 2018 para a Alepe, onde presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Dulcicleide Amorim
Mandato: 2019 a 2023



Geógrafa, professora da rede pública de Pernambuco e ex-primeira-dama de Pernambuco, Dulcicleide Amorim defendeu na Alepe mulheres, trabalhadores rurais, criação de reservas ambientais e iniciativas contra o racismo e a desigualdade da cultura local.

Delegada Angela
Mandato: 2019 - atual



Deputada estadual mais votada da história de Pernambuco nas eleições de 2018, foi reeleita em 2022 e assumiu a presidência da Comissão da Mulher. Com formação em Administração de Empresas e Direito, iniciou sua carreira na Polícia Civil em 2003, destacando-se especialmente na criação de projetos de lei em combate à violência contra mulheres.

Dani Portela
Mandato: 2023 - atual



Advogada, historiadora, líder da oposição na defesa de mulheres com deficiência e a segurança pública, agroecologia. Candidata em 2018, e em 2020 foi

Um vínculo familiar no agronegócio, Debora Almeida foi a primeira representante de Finanças da Alepe. Foi eleita para dois mandatos, destacando-se pela defesa do setor da Avicultura e pela defesa do setor. Atuou também como Secretária

Rosa Amorim
Mandato: 2023 - atual



Originária da primeira turma dos Trabalhadores Rurais Assentamento Normais, graduada em Teatro e Artes, Rosa Amorim iniciou seu

Corpo editorial

Revista Alepe Mulher



FICHA TÉCNICA

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Helena Alencar

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Raero Monteiro

ORGANIZAÇÃO

Solange Mendonça

Tulane Souza

ILUSTRAÇÕES, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO e EDIÇÃO

Tulane Souza

FOTOGRAFIA

Giovanni Costa

Nando Chiappetta

Rebeca Alves

Roberta Guimarães

REVISÃO

Tulane Souza

Zuleide Duarte

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Alissa Farias | Ana Cecília Soares | Ana Cristina Fonseca | Ana Maria C. Rossini | Anna Graziella de Oliveira | Carminha Solto | Christiane Vasconcelos | Claudia Chaves | Cristiane Alves | Catarina Maciel | Danielle Aguiar | Dayse Aguiar | Elisa Maria Lucena Albuquerque | Elly Brainer | Ernani Paiva | Flávia de Miranda | Franckilin Bezerra | Gabriela Patú | Gabrielle Conde | Gal Lira | Isaltino Nascimento | Janeth Alencar | Lily Pontual | Luciana Coelho | Luiz Hülse | Marcondes Vieira | Miguel Santos | Myrella Santana | Nathalia Leal Guerra Barreto | Nathalia Pereira | Norma Pereira | Núbia Maria do Carmo | Patrícia Amélia | Patrícia Andrea de Souza | Rafaela Hipólito | Romero Chagas | Silvia Lima | Silvania Barros | Solange Mendonça | Wilton José da Silva

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendência Geral: Isaltino Nascimento | **Procuradoria Geral:** Hélio Lúcio Dantas da Silva | **Secretaria Geral da Mesa Diretora:** Maurício da Fonte | **Consultoria Legislativa:** Marcelo Cabral e Silva | **Ouvidoria:** Douglas Moreno | **Superintendência Administrativa:** José Luiz de Oliveira Junior | **Auditoria:** Maria Gorete Pessoa de Melo | **Superintendência de Planejamento e Gestão:** Edécio Rodrigues de Lima | **Superintendência Militar e de Segurança Legislativa:** Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo | **Superintendência de Gestão de Pessoas:** Danielle Crhistina de Aguiar | **Superintendência de Comunicação Social:** Helena Castro de Alencar | **Superintendência de Tecnologia da Informação:** Bráulio Lira | **Cerimonial:** Francklin Bezerra Santos | **Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional:** Wildy Ferreira Xavier | **Superintendência da Escola do Legislativo:** José Humberto de Moura Cavalcanti Filho | **Superintendência Parlamentar:** Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior | **Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo:** José Aírton Paes dos Santos | **Superintendência de Inteligência Legislativa:** Ariosto Esteves

MESA DIRETORA

Presidente

Álvaro Porto

1º Vice-Presidente

Aglailson Victor

2º Vice-Presidente

Francismar Pontes

1º Secretário

Gustavo Gouveia

2º Secretário

Pastor Cleiton Collins

3ª Secretária

Socorro Pimentel

4º Secretário

Joel da Harpa

1º Suplente

Rodrigo Farias

2º Suplente

Henrique Queiroz Filho

3º Suplente

Gilmar Júnior

4º Suplente

Coronel Alberto Feitosa

5º Suplente

William Brigido

6º Suplente

Joãozinho Tenório

7º Suplente

France Hacker

PARLAMENTARES DA 20ª LEGISLATURA

Abimael Santos

Adalto Santos

Aglailson Victor

Álvaro Porto

Antonio Coelho*

Antônio Moraes

Claudiano Martins Filho

Cléber Chaparral

Coronel Alberto Feitosa

Dani Portela

Dannilo Godoy

Débora Almeida

Delegada Gleide Ângelo

Diogo Moraes

Doriel Barros

Edson Vieira

Eriberto Filho

Fabrizio Ferraz

France Hacker

Francismar Pontes

Gilmar Júnior

Gustavo Gouveia

Henrique Queiroz Filho

Izaías Régis

Jarbas Filho

Jeferson Timóteo

Joaquim Lira

Joel da Harpa

José Patriota

João Paulo

João Paulo Costa

João de Nadegi

Joãozinho Tenório

Kaio Maniçoba

Luciano Duque

Lula Cabral

Mário Ricardo

Nino de Enoque

Pastor Cleiton Collins

Pastor Júnior Tércio

Renato Antunes

Rodrigo Farias

Romero Albuquerque

Romero Sales Filho

Rosa Amorim

Sileno Guedes

Simone Santana

Socorro Pimentel

Waldemar Borges

William Brigido

*Licenciado

Mulheres na Política

- 9 1º FÓRUM ALEPE MULHER: UM MARCO NA LUTA PELA EQUIDADE DE GÊNERO EM PERNAMBUCO
Socorro Pimentel - Deputada Estadual
- 11 MULHER NA POLÍTICA: QUESTÕES QUE ATRAVESSAM O CORPO
Dani Portela - Deputada Estadual
- 12 A MULHER NEGRA TEM O DIREITO DE ESTAR NO LUGAR QUE ELA QUISER
Itanacy Ramos de Oliveira - Diretora da Casa da Mulher do Nordeste
- 15 O QUE AINDA PRECISA SER DITO?
Priscila Lapa - Cientista Política

Educação e Trabalho

- 24 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA
Rosa Amorim - Deputada Estadual
- 27 NEM ATRAPALHADA, NEM HEROÍNA
Simone Santana - Deputada Estadual
- 29 ECONOMIA E TRABALHO A PARTIR DA PERSPECTIVA FEMINISTA E ECOLÓGICA
Andrea Butto - Cientista Social/UFRPE
- 33 A TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL PELA EDUCAÇÃO
Rayane Paris - Advogada e Social Media

Saúde Mental e Bem-Estar

- 38 PRINCIPAIS FATORES QUE LEVAM AO ADOECIMENTO PSICOLÓGICO E EMOCIONAL DAS MULHERES
Simone Santana - Deputada Estadual
- 40 SAÚDE MENTAL DA MULHER E O MACHISMO
Ana Cristina Fonseca - Psicóloga
- 47 DEPRESSÃO, OUTROS TRANSTORNOS E FATORES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DA MULHER
Kátia Petribú - Psiquiatra

Enfrentamento à Violência

53 NÃO FECHÉ OS OLHOS, ESTENDA A MÃO
Delegada Gleide Ângelo - Deputada Estadual

55 INSTITUTO BANCO VERMELHO SE INSPIRA NA PEDAGOGIA LIBERTADORA
Paula Limongi e Andrea Rodrigues - Fundadoras do Instituto Banco Vermelho no Brasil

58 A LEI MARIA DA PENHA SALVA VIDAS!
Lucidalva Nascimento e Cileide Silva - Advogada e cliente que acionaram a Lei Maria da Penha pela primeira vez no Brasil

Legislação e Direitos

70 A POLÍTICA COMO UM ESPAÇO PARA TODOS E TODAS
Débora Almeida - Deputada Estadual

72 DA AUTORIZAÇÃO PARA INTEGRAR A SOCIEDADE E O MEIO PRODUTIVO ÀS CADEIRAS DO LEGISLATIVO
Daniella Melo - Advogada

Deputadas na História da Alepe

79 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA ALEPE
Dani Portela, Débora Almeida, Delegada Gleide Ângelo, Rosa Amorim, Simone Santana e Socorro Pimentel - Deputadas Estaduais

Apresentação

O Poder Legislativo Estadual lança a Revista do 1º Fórum Alepe Mulher. Fruto de um extenso evento promovido pela Casa, a publicação sintetiza os debates, palestras e vivências que marcaram as comemorações em torno do Dia Internacional da Mulher, comemorado mundialmente em 8 de março.

Nas páginas seguintes, será possível ler artigos assinados pelas deputadas e pelas palestrantes do encontro, que teve como objetivo discutir as lutas por emancipação e os direitos das mulheres.

Além disso, há uma seção dedicada às apresentações culturais que aconteceram durante o 1º Fórum Alepe Mulher e um panorama sobre a representatividade parlamentar feminina na Assembleia Legislativa, ao longo dos últimos anos.

Esta revista é, sobretudo, um registro do trabalho e do compromisso assumido pela Mesa Diretora e pelos mandatos femininos da Alepe, no sentido de dar mais visibilidade à participação das mulheres na política e garantir o pleno exercício dos seus direitos nos espaços de poder.

A Casa do Povo Pernambucano segue firme no propósito de combater as desigualdades e coloca-se como aliada na construção de uma sociedade mais justa e sensível à causa feminina.

Boa leitura!

Deputado Álvaro Porto
Presidente da Alepe

Deputado Gustavo Gouveia
1º Secretário da Alepe







Mulheres na Política

Elas no Poder



1º FÓRUM ALEPE MULHER: um marco na luta pela equidade de gênero em Pernambuco

Por Socorro Pimentel
Deputada Estadual



@SOCORROPIMENTELOFICIAL

“No mês de março de 2024, tive a imensa satisfação de contribuir para a realização do 1º Fórum Alepe Mulher, evento histórico dedicado a discutir e promover os direitos das mulheres.”



Ao longo da minha trajetória política, tenho me empenhado em lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, foi com grande entusiasmo que abracei a iniciativa de apoiar este Fórum, que teve como objetivo dar voz às mulheres pernambucanas e discutir pautas tão necessárias e relevantes para garantir a proteção e acolhimento à equidade de gênero.

No Fórum, dediquei-me a duas pautas que me são essenciais: a saúde mental feminina e o enfrentamento à violência. Sabemos que as mulheres convivem com uma série de desafios fisiológicos e sociais em toda a sua trajetória, e muitas vezes isso pode afetar profundamente a sua saúde mental. Por isso, foi fundamental abordar temas como a depressão, transtorno disfórico pré-menstrual, puerpério, depressão pós-parto e menopausa, para que as mulheres possam adquirir ainda mais conhecimento para se dedicarem em garantir o seu bem-estar emocional e assim, desfrutar de vidas mais saudáveis e satisfatórias.



Em relação à violência de gênero, é devastador constatarmos que ainda é uma realidade em nosso país. No ano de 2023, o Brasil enfrentou o maior número de feminicídios desde que esse crime foi tipificado, há nove anos. De acordo com um estudo divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou 1.463 vítimas, o que representa uma morte a cada seis horas ao longo do ano passado. Durante o evento, foram tratadas estratégias para prevenir o feminicídio e maneiras de garantir a proteção das vítimas do machismo e misoginia.

Eventos como este são fundamentais para erradicar todas as formas de discriminação contra as mulheres, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres possam exercer plenamente a sua cidadania.

Este foi apenas o primeiro passo, e tenho certeza de que ainda temos muito a conquistar. Estou confiante de que, com união e determinação, podemos transformar a realidade das mulheres em Pernambuco e no Brasil. Seguirei trabalhando incansavelmente em defesa do empoderamento feminino.

O 1º Fórum Alepe Mulher foi o primeiro passo de uma longa jornada e estou confiante de que iremos alcançar grandes conquistas.

MULHER NA POLÍTICA: QUESTÕES QUE ATRAVESSAM O CORPO

Dani Portela

Deputada Estadual

Segundo o depoimento da deputada estadual Dani Portela, proferido no primeiro dia do Fórum Alepe Mulher, são necessárias adaptações em termos legais para que as parlamentares possam exercer em plenitude suas funções nas legislaturas.

Apesar de reconhecer que em seu primeiro mandato não haveria condições de comparar com anos anteriores, a parlamentar observa as mudanças devido a sua procura pessoal do uso dos seus direitos.

Sua experiência ocorreu na busca pela licença maternidade, no ano de 2023. O Regimento da Casa prevê a vacância para gestantes, mas, ainda não regulamentada. Concomitantemente, em novembro do mesmo ano o Congresso Nacional aprova a regulamentação de Leis de Licença Maternidade, para as gestantes parlamentares, governadoras, prefeitas e vereadoras.

Em suma, e compreendendo que este problema ocorre na grande maioria das casas legislativas do Brasil, a deputada Dani Portela cita a lei que está em tramitação, de autoria da parlamentar Simone Santana, a qual viabilizou o caminho para que ela pudesse tirar sua licença com tranquilidade.



@DANIPORTELAPSOL

“Será que o ambiente político foi pensado pra gente?”

11



Mulheres na Política

A Mulher Negra tem o direito de estar no lugar que ela quiser

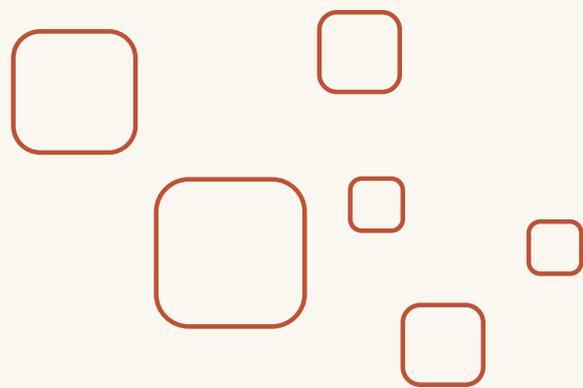
Por Itanacy Ramos Oliveira

Diretora da Casa da Mulher do Nordeste e integrante da Rede de Mulheres Negras.

No dia 11 de março, a Assembleia Legislativa de Pernambuco iniciou uma semana de comemoração referente ao dia da mulher. Uma programação com diferentes temas focados na vida das mulheres. O tema de abertura foi “Mulheres na Política”.

A primeira palestra proferida na abertura do evento, trouxe como tema “A importância da educação política das mulheres negras para o melhor exercício da democracia brasileira”.

Entre as palestras apresentadas nesse dia realizei uma exposição sobre o projeto “Eu Voto em Negra”, uma importante estratégia de enfrentamento ao racismo no espaço de disputa política, tendo o pleito eleitoral como um cenário para ampliação da representação das mulheres negras de forma qualificada, como sujeito central nas disputas para se eleger em diferentes momentos, nas três esferas de poder da república.



12

No ano de 2019, a Casa da Mulher do Nordeste, Movimento das Trabalhadoras Rurais do Nordeste e Centro das Mulheres do Cabo, construíram uma proposta voltada para fortalecer e visibilizar candidaturas de mulheres negras.

O objetivo era preparar mulheres negras candidatas no Nordeste para concorrer nas eleições e se eleger rumo aos espaços de poder nos diferentes pleitos eleitorais do Brasil. Nesse processo em construção, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco participou como consultora do projeto, garantindo o foco racial nas atividades e mobilizando articulações e redes para somar nas ações regionais do projeto.

Desse coletivo de parceiras nasce a campanha: “Eu Voto em Negra”. Demarcando nosso objetivo central de mudar a composição política nacional, estimulando o voto em mulheres negras do Nordeste e provocando os partidos a reverem a invisibilidade e seus investimentos insuficientes em candidaturas de mulheres negras.

A proposta do projeto que hoje é executado pela Casa da Mulher do Nordeste e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, ainda é enfrentar o desafio de superar os indicadores das diversas pesquisas que apresentam uma representação mínima de mulheres negras em espaços de poder político, mesmo tendo 27% da população feminina se afirmando como negra.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Contínua do IBGE, as mulheres negras representavam apenas 2% do Congresso Nacional e são menos de 1% na Câmara dos Deputados. (Oxfam Brasil 2020).

Eleger mulher negra ainda é um grande desafio na realidade da população negra brasileira. Apesar do número expressivo, a representatividade é baixa: o número representa 8% do Congresso Nacional, em um país que tem 56% da população negra autodeclarada dentro das categorias preta ou parda. Esse aumento não espelha nossa representatividade populacional que vive à margem da qualidade de vida no âmbito social, econômico e ambiental. Infelizmente a população negra protagoniza os piores índices brasileiros em todas as dimensões que atestam dignidade humana e bem viver.



Hoje a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a Casa da Mulher do Nordeste mantêm a parceria na execução do projeto “Eu Voto em Negra”, com apoio de Open Society, Instituto Alziras e Ibirapitanga.

São entidades que vêm investindo nessa ação da representatividade política e visibilidade de candidaturas de mulheres negras, em direção a uma democracia que inclua a diversidade.

A pauta de ativismo das mulheres negras é a que mais garante o avanço de direitos sociais: direito à vida, direitos das crianças e adolescentes, dos idosos e também projetos voltados à segurança. A visibilidade das mulheres negras periféricas do Nordeste é potencializada pela Rede de Mulheres Negras e pelo projeto 'Eu Voto em Negra'.

Fazemos um trabalho de preparação das mulheres negras para o ingresso no processo eleitoral, oferecendo conhecimento sobre a identidade racial, mídia, *advocacy* e empoderamento da

fala através de técnicas que potencializam uma comunicação qualificada, considerando as diferentes realidades e disputas internas dos seus partidos.

Há uma caminhada longa na desconstrução de um poder que deve ser para todas, todes e todos. Um poder que direcione a sociedade a um outro mundo possível e inclusivo, sem racismo e sem sexismo.

As mulheres negras estão preparadas para exercer o poder e contribuir na condução de nosso país.



O que ainda precisa ser dito?

Por Priscila Lapa
Cientista Política

Segundo o estudo “Estatísticas de Gênero - Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil”, realizado pelo IBGE, as mulheres são as que mais estudam e, mesmo assim, recebem menos que os homens no Brasil.





As mulheres vêm conquistando cada vez mais posições relevantes dentro das instituições que estruturam os principais setores da sociedade. É fato que, apesar dos avanços conquistados nos âmbitos econômicos e sociais, a igualdade plena entre os gêneros ainda está longe de ser obtida, conclusão esta observada nos dados extraídos de pesquisas mais recentes.

Segundo o estudo “Estatísticas de Gênero - Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil”[1], realizado pelo IBGE, as mulheres são as que mais estudam e, mesmo assim, recebem menos que os homens no Brasil. Essa desigualdade é mais evidente dentro do âmbito das profissões científicas e intelectuais, em que o público feminino ganha cerca de 36,7% menos que o público masculino.

Quando analisadas as atividades relacionadas ao cuidado, percebe-se o predomínio feminino, com profissões como a enfermagem, por exemplo. Nessas áreas ligadas ao bem-estar social, a taxa de participação feminina chega a 92%. A conceituação da chamada “Economia do Cuidado” não é um consenso entre os acadêmicos que estudam esta área devido às diferentes visões existentes sobre o tema.

Porém, a “Economia do Cuidado” pode ser entendida como “*atividades desempenhadas, gratuitamente ou não, por pessoas que se dediquem a prestar serviços orientados à satisfação de necessidades físicas ou psicológicas de terceiros, bem como à promoção da criação e desenvolvimento de crianças e jovens*”[2] (Sousa, 2017. p.2).

[1] Dados PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e da Pesquisa Nacional da Saúde, entre 2018 a 2022.

[2] SOUSA, Iuri Gregório de. **Economia dos cuidados**. Consultoria Legislativa Câmara dos Deputados. Brasília. 2017

No Brasil, aproximadamente 13% do PIB é gerado pelo trabalho de cuidado, segundo o IBGE. A ocupação de mulheres nessas áreas é de cerca de 65%.

Apesar de fundamentais para o desenvolvimento econômico e social, com expressiva participação nas áreas educacionais, de saúde e na gestão do lar, a balança é desproporcional quando comparada ao público masculino. Ainda segundo a pesquisa citada anteriormente, as mulheres gastam 21,3 horas semanais em trabalhos dedicados aos cuidados pessoais e afazeres domésticos enquanto a média para os homens gira em torno de 11,7. Ou seja, o público feminino gasta, aproximadamente, 82% mais horas que o público masculino.

Esse desequilíbrio pode gerar uma menor qualidade de vida e aumento da insatisfação, como pode ser observado na fala de Marília da Silva, dona de casa, que relata: *“Imagina...Tenho privação de sono, tem dias que não tomo café da manhã nem almoço, para sair na rua e ver a luz do sol, só domingo mesmo, quando vou para a igreja. Pensando bem, o único momento em que não estou tomando conta de alguém ou da casa são os meus cinco minutos de banho por dia”*.

Longe de ser um caso isolado, a fala de Marília representa a sensação de muitas brasileiras que se veem na mesma situação. Por essa razão, a atuação do Estado se faz necessária com o compartilhamento e transferência das atividades, assumindo a corresponsabilidade social que as atribuições requerem. A criação de uma Política Nacional de Cuidados pode vir a auxiliar nesse processo, por meio do reconhecimento, por parte dos formuladores de políticas, da contribuição significativa e indispensável que as mulheres oferecem para o cenário econômico nacional por meio de seus trabalhos de cuidado, sejam remunerados ou não.

Um dos questionamentos que podem vir a ocorrer é: “de que forma essa pauta pode ser priorizada?”. A representatividade feminina nas arenas políticas e eleitorais é um fator primordial para o processo de estabelecimento de agenda. Porém, na realidade atual, as mulheres ocupam apenas 23,7% dos cargos ministeriais do governo (Planalto, IBGE, 2023) e ocupam 17,9% das cadeiras na Câmara dos Deputados (Congresso Nacional, IBGE, 2023). Como vereadoras, a situação é ainda mais preocupante, tendo apenas 16,1% de representação feminina (TSE, IBGE, 2020).

Os desafios não param por aí, candidatas mulheres ainda sofrem com diferentes barreiras à eleição no que diz respeito à ocupação de cargos no Legislativo. Segundo Norris (1987) e Maitland (1999), esses obstáculos são, no geral: barreiras da ambição política, barreiras das estruturas do sistema político-partidário, barreira da elegibilidade e, se após o enfrentamento com êxito de todas elas, ainda existe a barreira da reeleição.

Diante desse preocupante cenário e visando a formulação de políticas eficazes para reverter essa situação, tomar países com baixa desigualdade entre homens e mulheres como exemplo faz-se necessário. A Islândia, por exemplo, pode ser tomada como base uma vez que, segundo o Fórum Econômico Mundial, é o país com a menor desigualdade de gênero do mundo, fechando 2023 com uma porcentagem de 91,2%.

Tomando o país como base para a análise dos fatores que podem ter auxiliado neste processo, tem-se algumas lições que possuem a possibilidade de replicação, que são: grande representação política, lei da igualdade salarial, licença maternidade e paternidade igualitária e fortes subsídios a creches.

As islandesas ocupam quase metade dos assentos no parlamento, chegando a uma porcentagem aproximada de 47,6%. Esse resultado positivo é consequência do movimento feminista do país, presente desde o século 20, e a Associação de Direitos das Mulheres Islandesas fundada em 1907. Além disso, há a cota adotada pela maioria dos partidos para que 40%-50% de seus representantes sejam mulheres. No que tange ao quesito legislativo, em 2018 o país se tornou o primeiro do mundo a sancionar uma lei que obrigasse empresas tanto públicas quanto privadas a fornecerem os mesmos salários para homens e mulheres, sendo necessária a devida comprovação.

O benefício de licença maternidade foi estendido também aos pais, sendo concedido de forma independente e pelo período de 6 meses para cada um dos pais, com a possibilidade de 6 semanas transferíveis entre eles. As creches passaram a receber fortes subsídios, aproximadamente 1,7% do PIB nacional, aliviando, assim, as finanças familiares nessas primeiras fases da vida da criança.

A implementação dessas medidas auxiliou não só na mudança nas finanças familiares ou na composição política do país, mas também na alteração cultural da sociedade islandesa.

As medidas adotadas apresentaram resultados positivos, como: igualdade salarial, compartilhamento do trabalho doméstico, educação igual para os filhos etc. É evidente que mudar a cultura e pensamento de uma sociedade não é uma tarefa realizada a curto prazo, mas pode ser realizada passo a passo com a introdução de medidas dentro da realidade diária da população.

De acordo com um levantamento do Instituto Alziras, as cidades que possuem o cargo do executivo ocupado por uma mulher conseguem desenvolver melhores políticas sociais, com o foco, principalmente, em creches e escolas. Elas são maioria na ocupação de cargos relacionados à gestão educacional, mas a predominância é de mulheres brancas, que chegam a 59,7%.

Na saúde, os resultados também são positivos, com mais postos de saúde, melhor cobertura e maior eficiência. A atuação feminina em situações de crise sanitária, como a da Covid-19, também foi positiva.

Cidades governadas por prefeitas tiveram menos hospitalizações e mortes pelo vírus. Porém, as candidatas têm maiores chances de conquistarem o cargo de prefeita em municípios de pequeno porte, mais pobres e nas regiões Norte e Nordeste, segundo Mariana Cockles.

Na política brasileira, apesar da relativa baixa representatividade, a bancada feminina é bem atuante. Desde o início de 2023, conseguiram aprovar 43 leis segundo o site oficial da Câmara dos Deputados. Essas leis trazem benefícios e prometem auxiliar no processo de redução da desigualdade ainda persistente no território brasileiro.

A exemplo disso, tem-se a Lei da Igualdade Salarial, estabelecendo a obrigatoriedade de salários iguais para trabalhos iguais com possibilidade de aplicação de multa em caso de descumprimento para empresas de médio e grande porte; Licença maternidade para beneficiadas do Bolsa Atleta; Alteração do Estatuto da Advocacia para prevenir e punir assédio moral, sexual e discriminações; Lei 14.541/2023 que garante o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; Lei 14.540/2023 instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual; Lei 14.538/2023 que garante à mulher o direito de troca de implante mamário colocado em razão de tratamento de câncer.

Por isso, as barreiras da sub-representação feminina devem ser superadas com o objetivo de promover uma maior representatividade e possibilidade de voz dentro das diferentes arenas políticas existentes no país. As parlamentares são capazes de estabelecer e promover uma maior visibilidade aos debates que envolvem as relações de gênero, com o objetivo de proteger a mulher. Os resultados políticos positivos ocasionados pela ocupação de mulheres nos espaços de poder mostram que investir nas mulheres não é apenas questão de direito humano, mas é essencial para o crescimento, fortalecimento e prosperidade das sociedades.



*Apresentação do
Afoxé Oyá Alexé*



Coral Vozes de Pernambuco



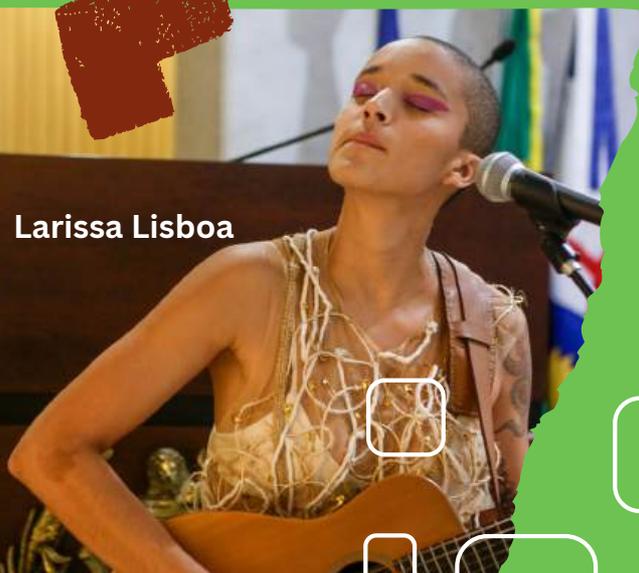
Educação e Trabalho

O agora é das mulheres



MÚSICA E INFORMAÇÃO PREENCHEM O SEGUNDO DIA DO FÓRUM ALEPE MULHER

Larissa Lisboa



Isadora Melo



Evento contou com as apresentações das cantoras, Larissa Lisboa e Isadora Melo, além de uma palestra da professora e socióloga Andrea Butto.

A estudiosa apontou um importante estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, lançado no dia 08 de março de 2024 e intitulado, “Mulheres no Mercado de Trabalho: desafios e desigualdades constantes”. Saiba mais escaneando o código QR abaixo.



PESQUISA DO
DIEESE APONTA
AUMENTO DA
INSERÇÃO DE
MULHERES NO
MERCADO DE
TRABALHO

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA

Por Rosa Amorim

Deputada Estadual



@ROSAMST_

Em abertura ao segundo dia de Fórum, a deputada estadual Rosa Amorim pontua alguns aspectos do universo parlamentar e algumas das violências enfrentadas pelas mulheres nesse ambiente.

“As consequências da violência que mulheres candidatas ou no exercício de mandatos sofrem não se restringem a elas, mas são atentados à democracia.”

24



“PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, É IMPORTANTE QUE RECONHEÇAMOS A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA COMO CRIME.”

A violência política de gênero e raça[1] já é reconhecida do ponto de vista legal no Brasil nos termos da Lei 14.192/2021, que criminaliza essa prática. Mas é necessário avançar no processamento dos casos, punição dos responsáveis e reparação dos danos. As consequências da violência que mulheres candidatas ou no exercício de mandatos sofrem não se restringem a elas, mas são atentados à democracia. Segundo a Lei Federal considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.

A legislação considera também como crimes a distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do gênero. As penas são de reclusão de até quatro anos e multa, que pode aumentar se o crime for cometido contra mulher gestante, idosa ou com deficiência. A violência política atinge as mulheres de uma forma diversa.

Dados da União Interparlamentar apontam quem 82% das mulheres parlamentares já sofreram violência psicológica; 67% já foram insultadas; 44% já receberam ameaças de morte, estupro, espancamento ou sequestro; 20% já foram vítimas de assédio sexual e outras 20% já passaram por violência no ambiente de trabalho.

Estamos em 2024 e este já é sem dúvidas um ano emblemático no combate à violência política de gênero e raça. Após seis anos estamos vendo avanço das investigações do Caso Marielle com a prisão preventiva dos suspeitos de serem os mandantes: o então deputado federal Chiquinho Brazão; Domingos Brazão, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil fluminense. Ainda que não tenhamos o desenho preciso da motivação do crime, desde 14 de março de 2018 sabemos que assassinaram Marielle por sua atuação parlamentar e porque os mandantes eram convictos da impunidade.

[1] Para nossa atuação é fundamental demarcar que a violência política atinge majoritariamente mulheres e mulheres negras e trans e travestis e por isso propomos a adoção do conceito violência política de gênero e raça. Somamo-nos às críticas de que o termo mais apropriado a ser empregado seria “gênero”, não deixando margem para dúvida da aplicabilidade da lei em favor das mulheres transgêneros, conforme o entendimento adotado pelos tribunais, além do consignado em normativas internacionais de direitos humanos.

Mas, ao contrário do que esperavam seus algozes, o assassinato de Marielle Franco mobilizou o Brasil e mundo e ela segue sendo semente que inspira a luta das mulheres. Um ano após a morte da vereadora, foi promulgada em Pernambuco a lei 11.493/2021 que inclui no calendário oficial do Estado o dia 14 de março como o Dia Estadual das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. A mesma iniciativa foi adotada em outros municípios e estados.

Em Pernambuco temos ainda a Lei nº 17.377/2021, que cria o Estatuto da Mulher e da população LGBTQIAPN+ Parlamentar e Ocupante de Cargo ou Emprego Público, no âmbito do Estado de Pernambuco, com mecanismos para o enfrentamento ao assédio e a violência política contra mulheres e contra a população LGBTQIAPN+, atualizada justamente no ano de 2023 para incluir a dimensão da violência política.

Enquanto mulher parlamentar, sinto na pele a violência a mim dirigida das mais diversas formas, nem todas mensuráveis.

Esta minha experiência só reafirma o quão importante é termos mais mulheres na política para a efetivação de uma democracia plena, inclusiva, plural e efetiva na vida de cada brasileiro e de cada brasileira.

Foi a partir da nossa experiência que protocolamos o Projeto de Lei 1725/2024 alterando o Estatuto da Mulher e da população LGBTQIAPN+

Parlamentar e Ocupante de Cargo ou Emprego Público, no âmbito do Estado de Pernambuco, a fim de precisar conceitualmente a Violência Política de Gênero e Raça (VPGR), e ampliar as medidas para sua prevenção e combate, compreendendo que esta pode se dar também por omissão e com especial atenção às mulheres negras, trans e travestis que são as que mais sofrem na prática com a VPGR.

A sub-representação das mulheres nos cargos eletivos e a violência política de gênero e raça são duas faces do mesmo fenômeno e se retroalimentam. O reconhecimento desse tipo de violência como crime é um marco no fortalecimento da democracia. A efetividade desse tipo de iniciativa deve ser um dever de todas as pessoas comprometidas com o princípio democrático.

Dessa forma, não ganham somente as mulheres, ganha toda a sociedade, pois nossa contribuição é fundamental. Para termos uma ideia, as cidades governadas por mulheres tiveram 44% menos mortes e 30% menos internações por covid-19. Isto porque as mulheres colocam a vida no centro da ação política.

Nós somos as verdadeiras defensoras da vida, lutamos contra todos os tipos de violência e pautamos nossa existência na solidariedade e defesa da liberdade, da justiça, da equidade e da diversidade!

NEM ATRAPALHADA, NEM HEROÍNA

Por Simone Santana
Deputada Estadual



“Educação e trabalho dignos são direitos de toda mulher.”

27



‘Mulher que sabe muito é mulher atrapalhada. Para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada’.

Parece mentira, mas esse verso era dito popular no Brasil Colônia, época em que a educação feminina foi desaconselhada e malvista.

Essa cultura predominou em nosso país por muito tempo. Hoje temos uma realidade diferente. O gargalo que impedia o acesso das meninas e mulheres à educação foi, em grande medida, superado. Mas há entraves que remontam aos tempos de Dom João que ainda dificultam a permanência das cidadãs na escola e no Ensino Superior, assim como em suas carreiras.

A própria ideia de “mãe de família” foi criada sob a lógica de que a mulher deveria se limitar ao ambiente e aos afazeres domésticos. Nossa entrada no mercado de trabalho não veio acompanhada de uma divisão das atribuições com a casa e a família.

Com isso, não é raro ver meninas, adolescentes e jovens largarem seus estudos para assumirem de forma integral os afazeres domésticos. Quando não, a opção é a tripla jornada. Quem não conhece uma mulher que precisa se desdobrar para cuidar sozinha da casa, do trabalho e dos estudos?

E o requinte de crueldade do sistema patriarcal é nos fazer acreditar que, ao assumir todas essas funções, somos heroínas. É na busca por esses superpoderes inatingíveis que nos sobrecarregamos, perdemos autonomia e colocamos as necessidades dos outros antes das nossas. Não somos guerreiras e nem queremos viver a vida como se estivéssemos em guerra. Queremos acesso a ensino de qualidade, condições de permanência na escola e na universidade. Reivindicamos salários justos e de acordo com o exercício de nossas funções. Demandamos uma cultura em que o cuidado com a família seja papel de todos que fazem parte dela.

Tais mudanças não dependem apenas de força de vontade individual. É preciso um esforço coletivo da sociedade civil e das instituições para que o caminho da educação e do trabalho para as mulheres seja mais gentil e salutar. A potência de uma sociedade em que as mulheres podem se desenvolver de forma plena é colossal. Assustadora para muitos, é verdade. Mas inevitável diante da nossa união.

Economia e trabalho a partir da perspectiva feminista e ecológica

Profa. Dra. Andrea Butto
Cientista Social/UFRPE

“[...] a economia feminista evidencia que é falsa a separação entre trabalho reprodutivo e produtivo, e esta tem como consequência a falsa ideia de que as mulheres não trabalham.”



A presença das mulheres no trabalho e na economia é marcada pela divisão sexual do trabalho - que se caracteriza pela divisão de ambientes, espaços e tempos a partir do que é produção e reprodução; a partir do que são atribuições designadas para mulheres e para homens, marcada não apenas pela separação, mas também pela hierarquia dessas atividades. São resultado de desigualdades de gênero, em articulação com outras desigualdades sociais, como as de raça, classe, geração e território.

As mulheres já superaram os homens no acesso ao ensino superior, mas o acesso à educação não veio acompanhando a transformação do mercado de trabalho, o qual as mulheres acessam em condições distintas dos homens. A divisão sexual do trabalho também está presente na ciência: às mulheres sempre cabem mais comumente os serviços e atuação na área de educação e saúde e aos homens aqueles da área de tecnologia e das ciências exatas. Essa desigualdade também se apresenta na dificuldade de as mulheres permanecerem em condições de igualdade nessas carreiras profissionais ou de assumirem papéis de lideranças, pois a estas seguem atribuídos os deveres da reprodução da vida humana.

A desigualdade entre homens e mulheres no mercado se expressa

ainda nas taxas de desemprego (maiores entre as mulheres), nos salários (menores das mulheres em comparação aos homens em igual função), na informalidade e no trabalho doméstico remunerado (categoria composta majoritariamente por mulheres negras e sem proteção legal). No entanto, é necessário pensar a inserção das mulheres no mundo do trabalho não só a partir do mercado de trabalho. A economia feminista e ecológica são ferramentas para repensar essa inserção, mas também para apontar alternativas de modelo de sociedade. É comum associarmos a economia a dinheiro ou poupança, mas é importante associarmos a economia também à manutenção da vida humana, através da capacidade de suprir nossas necessidades.

Trocas, por exemplo, também são economia e seguem presentes na nossa sociedade. A “Feira do troca” em Peixinhos, em Pernambuco, é um exemplo disso. Temos também a prática da doação, regida pelo princípio da reciprocidade: doamos objetos e força de trabalho. A prática de mutirões nas áreas rurais evidencia isso.

O cuidar das pessoas também é economia. Qual seria o orçamento familiar se comêssemos em restaurantes todos os dias? Qual seria o orçamento familiar se nós tivéssemos que contratar enfermeiros para as pessoas que estão doentes ou que têm algum grau de dependência?

Assim, as formas de organização econômica não se reduzem apenas às relações individuais que estabelecemos com o mercado a partir do assalariamento. Existem ainda as formas associativas, que se praticam a partir da economia solidária e da agroecologia, por exemplo.

Da mesma forma, o conhecimento necessário ao desenvolvimento do trabalho e da economia não advém apenas dos meios formais, mas são indispensáveis os conhecimentos e saberes tradicionais, que recebemos de nossos ancestrais e partilhamos nos territórios em que vivemos.

Outro aspecto importante é a nossa relação com a natureza. Para trabalhar e sobreviver nós precisamos da água, da terra, das sementes, da energia, por exemplo. Então se faz necessário pensar na sustentabilidade desses bens comuns para garantir o trabalho e o atendimento às nossas necessidades de sobrevivência.

Pensar a economia de forma inovadora e inclusiva, a partir da economia feminista e ecológica, parte da necessidade de reconhecer que nós somos dependentes, a partir do que se coloca a necessidade de valorizar o trabalho de cuidados realizado pelas mulheres. Sem o trabalho reprodutivo não temos o trabalho da produção. Para que uma pessoa esteja no mercado de trabalho é necessário que essa pessoa tenha se alimentado, vestido, descansado, que tenha sido alvo de cuidado em situação de doença ou dependência.

No ambiente de reprodução ou da casa, também acontece produção. Um exemplo importante que evidencia isto são as Cozinhas Solidárias, que produzem refeições para doação. Ainda, no meio rural, nas casas acontece o beneficiamento de muitos alimentos para garantir uma renda adicional e parte da produção dos quintais é destinada para as feiras.

Assim, a economia feminista evidencia que é falsa a separação entre trabalho reprodutivo e produtivo, e esta tem como consequência a falsa ideia de que as mulheres não trabalham ou não tem condições de assumir determinados papéis na sociedade.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (2022) as mulheres dedicam 17 horas por semana ao trabalho doméstico e de cuidados e os homens apenas 11 horas. É fundamental avançar na Política Nacional de Cuidados.

Isto passa necessariamente pela oferta de creches. O plano nacional de educação no Brasil previu universalizar a pré-escola até 2016 e garantir, até esta data, que 50% das crianças de zero a 5 (cinco) anos tivessem acesso à creche. No entanto, apenas 34% da população infantil estava com acesso à creche em 2018, sendo a população mais pobre a que tem mais dificuldade de acesso à creche e não tem acesso à creche por falta de vagas, mas também porque sequer existem creches nas suas localidades, especialmente nos territórios rurais.

O acesso à terra também tem um papel central, na medida que a concentração de terra estrutura desigualdades raciais e de gênero no nosso país. O acesso à terra é fundamental também para a soberania alimentar. As mulheres têm um papel destacado na defesa dos bens comuns.

As mulheres são as guardiãs da terra, na luta pela reforma agrária e pelo desenvolvimento sustentável, mas também na luta contra as empresas mineradoras e extrativistas, e o avanço das grandes corporações transnacionais que limitam a autonomia da forma de produzir das mulheres e populações do nosso campo. Na cidade, podemos destacar também a luta das mulheres contra a privatização da água e da energia.

Muito importante fortalecer as diversas iniciativas das mulheres de organização e produção para além da inserção no mercado de trabalho. As experiências voltadas para a garantia da segurança e soberania alimentar, como as Cozinhas Solidárias; as experiências de Economia Solidária, em especial no beneficiamento de alimentos e na produção de artesanato; grupos produtivos da agricultura familiar de áreas de assentamento. É preciso a adição de políticas públicas e legislação para garantir o fortalecimento dessas iniciativas, e não apenas pensar em formas de legislar para garantir uma inserção igualitária no trabalho de mercado; é preciso também criar política pública para fortalecer essas iniciativas que estão em curso. E este pode ser um desafio sobre o qual o Fórum Alepe Mulher se debruce na sua continuidade.

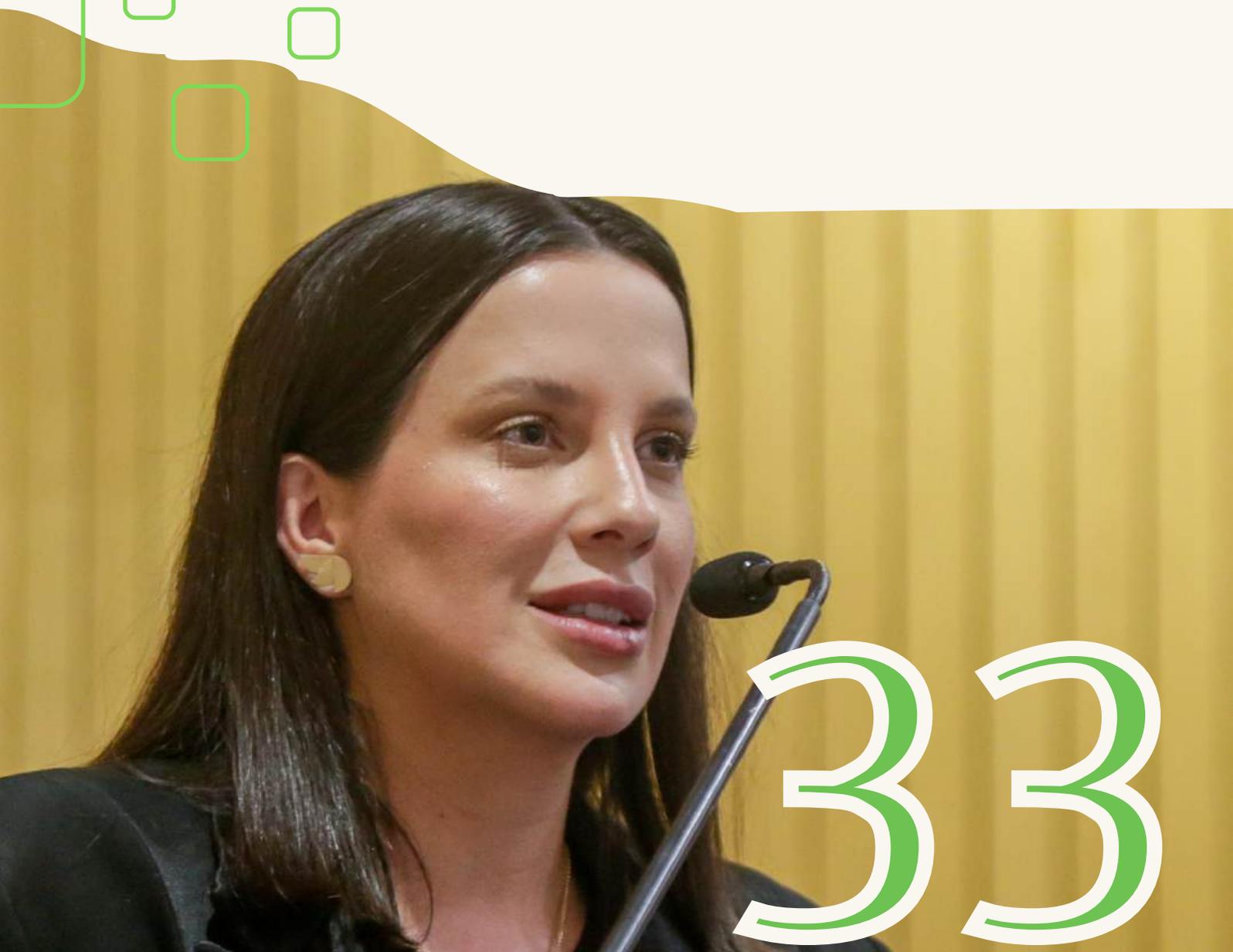


A transformação pessoal e profissional pela educação

Por Rayane Paris

Advogada e Social Media

“ A educação tem o poder de transformar vidas, e minha história é um testemunho vivo dessa verdade.”



33

Formei-me em Direito em 2017, após cinco anos na universidade. Ao finalizar esse ciclo, percebi que não era aquilo que queria para minha vida, mas resolvi insistir. Mesmo sem estar feliz profissionalmente, passei anos atuando na área jurídica até que, durante a pandemia, tive coragem de recomeçar.

Tornei-me social media e fundei minha empresa, Simplé Criação Digital, uma agência de marketing focada em criação de conteúdo para as redes sociais. Em pouco tempo, pude colher frutos inimagináveis através do meu trabalho. Mudei a realidade da minha vida e pude experimentar sensações incríveis de alcançar sonhos sonhados desde muito nova. Sem a educação ao longo dos meus anos de vida, isso não seria possível.

Desde muito nova, escutava meu pai dizer que conhecimento ninguém tira da gente. Ele sempre foi muito exigente com a parte dos estudos, e hoje vejo o quanto ele sempre esteve certo. Por isso, sempre valorizei a educação. Formei-me em Direito, mas minha trajetória profissional tomou um rumo inesperado. Decidi não exercer a advocacia e, com coragem, fiz a transição para me tornar social media. Não foi fácil, mas sempre procurei enxergar esses cinco anos não como perdidos, mas como um grande aprendizado, passei a investir ainda mais em conhecimento, para que eu me tornasse uma profissional reconhecida e procurada.

Hoje, além de gerenciar minha própria empresa, ensino outras pessoas a seguirem esse caminho, impactando mais de duas mil alunas. Tenho visto de perto o impacto profundo que o conhecimento pode ter tanto na vida pessoal quanto na profissional de todas as minhas alunas.

Uma das experiências mais marcantes para mim foi estar na Assembleia Legislativa de Pernambuco em 12 de março de 2024, palestrando sobre educação e trabalho, dois pontos cruciais na minha vida. Esse momento teve um gosto especial, pois me fez lembrar dos tempos em que, ainda no ensino médio, passava diariamente em frente à Assembleia voltando da escola. Naquela época, jamais imaginei que um dia estaria ali como palestrante, refletindo sobre a importância da educação em minha vida e falando para tantas pessoas sobre como acreditar na educação e investir em conhecimento mudou minha vida.

Minha experiência escolar na adolescência foi marcada por uma mudança drástica quando meu pai perdeu o emprego. Aquilo me fez repensar tantas e tantas vezes como meu pai, sempre tão estudado e inteligente, poderia estar passando por aquilo. Tive que sair da escola particular e me adaptar à realidade de uma escola pública. Essa transição não foi fácil, mas me ensinou a resiliência e a importância de manter o foco nos estudos, independentemente das circunstâncias.

Durante a faculdade, tive a sorte de conhecer advogados apaixonados pela profissão, o que me fez perceber a necessidade de encontrar algo que eu realmente amasse fazer.

Essa compreensão me levou a recalculiar minha rota profissional, encontrando no mundo das mídias sociais uma nova paixão. Prometi a mim mesma que usaria todas as habilidades aprendidas no curso de Direito, como a boa escrita e a leitura crítica, para me destacar na nova profissão. E foi exatamente isso que aconteceu.

A educação influenciou profundamente minha vida pessoal. Aprendi que não existem limites quando se quer algo de verdade. Se desejo saber sobre algo, invisto em conhecimento e nunca aceito o "não sei" sem antes me aprofundar. Superar obstáculos, como a perda do emprego do meu pai e as dificuldades financeiras enfrentadas na adolescência, além do recomeço após o fim da faculdade de Direito, foi crucial na minha formação pessoal. Essa experiência me mostrou que, mesmo diante das adversidades, é possível manter a dedicação e alcançar os objetivos traçados.

Para aqueles que ainda não sabem o impacto grandioso que investir na própria educação pode trazer, minha mensagem é clara: o conhecimento é a

coisa mais valiosa que você pode adquirir. Não importa o caminho que você escolher, o que você aprende é algo que ninguém pode tirar de você. A educação me ensinou resiliência e dedicação, valores que considero fundamentais para qualquer trajetória de sucesso.

São esses valores que me tornaram a profissional que sou hoje e me permitem viver uma vida extraordinária, gerar empregos, ser útil para a sociedade como um todo e, principalmente, olhar para minha trajetória com orgulho.

O futuro da educação exige uma mudança de mentalidade. As pessoas precisam entender que o conhecimento vai além de obter apenas um diploma; é sobre ter uma visão de futuro e desejar alcançar lugares mais altos através do aprendizado contínuo.

Em conclusão, a educação transformou minha vida de maneiras que nunca imaginei. De uma estudante que caminhava todos os dias pela Rua da Aurora ao sair do Ginásio Pernambucano e se deparava com a grandiosidade da Assembleia Legislativa apenas de longe, a estar lá dentro diante de pessoas tão importantes, minha jornada é um exemplo de como o investimento em conhecimento pode abrir portas e criar oportunidades. E é essa transformação que desejo inspirar em todos que compartilham da minha história.



Saúde Mental e Bem-Estar

Cuidar e ser cuidada



A SAÚDE MENTAL DAS PERNAMBUCANAS É ASSUNTO POLÍTICO

Meditação guiada e técnicas de respiração foram aplicadas pela terapeuta Adriana do Ó, no terceiro dia do Fórum Alepe Mulher.

PRINCIPAIS FATORES QUE LEVAM AO ADOECIMENTO PSICOLÓGICO E EMOCIONAL DAS MULHERES

Por Simone Santana
Deputada Estadual

A experiência como parlamentar nos leva às estradas de janeiro a janeiro. Nessas oportunidades, chegamos bem perto das cidadãs. E ao ouvir sobre suas realidades, o tema da saúde mental, que há alguns anos não vinha à tona com tanta facilidade, hoje aparece mais claro e recorrente.

Questões como Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) e depressão são comuns entre as mulheres de todo o estado. Em boa parcela das situações, os problemas vêm associados à sobrecarga de trabalho (inclusive o doméstico), a violência física, patrimonial e psicológica, além de pressões que atingem especificamente as mulheres, como padrões de beleza inatingíveis. O Alepe Mulher, em sua manhã de debates sobre saúde mental, trouxe à luz os principais fatores que levam ao adoecimento psicológico e emocional das mulheres.

Com a professora Ana Cristina, aprendemos mais sobre como o Burnout afeta as cidadãs e sobre as nuances do gaslighting, que também foi abordado pelo grupo de teatro Cenede, da Unifafire. Já a psiquiatra Kátia Petribú nos trouxe seu olhar médico sobre o assunto e mostrou como fatores sociais e hormonais são uns dos

muitos pratinhos que ainda temos que equilibrar. E eles são ainda mais numerosos para aquelas entre nós que são pretas, pardas e periféricas. Ter o amparo institucional da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) é um sinal de que não estamos sós. E, por isso, defendo que o Alepe Mulher ganhe também as estradas pernambucanas e forme muitas rodas de conversas libertadoras.

Essa troca de experiências é importante demais para a quebra de tabus sobre a saúde mental. Os termos “doida”, “histérica” e “desequilibrada” já foram muito usados contra nós. Questionar a sanidade das mulheres é um modus operandi clássico usado para oprimir, subjugar e desacreditar o suposto “sexo frágil”.

São muitos os pratinhos que ainda temos que equilibrar. E eles são ainda mais numerosos para aquelas entre nós que são pretas, pardas e periféricas. Ter o amparo institucional da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) é um sinal de que não estamos sós. E, por isso, defendo que o Alepe Mulher ganhe também as estradas pernambucanas e forme muitas rodas de conversas libertadoras como a que tivemos no último dia 13 de março.



Grupo teatral Unifafire em esquete sobre Gaslighting

“ Questionar a sanidade das mulheres [...] é justamente essa lógica machista que adocece as mulheres.

Iniciativas como o Alepe Mulher, que permitem a socialização de informações, relatos pessoais e serviços de apoio às cidadãs, são necessárias para o fortalecimento das mulheres. ”



Adriana do Ó
Terapeuta em meditação guiada
e técnicas de respiração

Saúde mental da mulher e o machismo

Por Ana Cristina Fonseca
Psicóloga

“Trazemos alguns pontos para dialogarmos sobre a Saúde Mental da Mulher frente ao machismo. Há muitas situações em que a Saúde Mental das mulheres é afetada pela sua condição de gênero.”



40

Há muitas situações em que a saúde mental das mulheres é afetada pela sua condição de gênero. Em duas delas é possível identificar que a condição de pertencer ao universo feminino é de fato decisiva. Para melhor evidenciar como a questão de gênero é um fator preponderante, escolhemos dialogar sobre duas situações que podem levar ao adoecimento psíquico: a síndrome de burnout e o gaslighting.

Inicialmente, trazemos pontos sobre a síndrome de burnout por ser um quadro de adoecimento que tem preocupado as autoridades e os profissionais de saúde, especialmente após a pandemia do novo coronavírus em meados dos anos de 2019 a 2022. Um estudo publicado pela Internacional Stress Management Association, já em 2019, revelou que 32% da população mundial em atividade profissional estava acometida por esse tipo de adoecimento. Dados de uma pesquisa feita no Brasil pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt), revelou que aproximadamente 30% dos trabalhadores brasileiros sofrem com a síndrome de burnout, deixando o Brasil na triste posição de segundo país do mundo com maior incidência de casos, atrás apenas do Japão.

A Organização Mundial de Saúde, ao publicar a CID 11(OMS-2022), revisão da Classificação Internacional de Doenças, incluiu a Síndrome de Burnout na categoria de “doença ocupacional”.

Essa decisão, aprovada na Assembleia Mundial de Saúde realizada em 2019 e que entrou em vigor em janeiro de 2022, foi considerada um avanço no sentido de reconhecer que o adoecimento aí categorizado tem um componente fundamental ligado ao ambiente e ao funcionamento das organizações. Sabemos o quanto esses espaços são afetados pelo machismo estrutural.

Desde a Revolução Industrial (1760–1840) a participação feminina no ambiente profissional aumenta sistematicamente, ainda que a presença das mulheres nos espaços de trabalho não seja suficiente para superar as exclusões que também estão presentes nestes contextos.

Compreendemos que o trabalho ocupa um importante lugar na vida e no discurso social que faz parte da história de cada sujeito desde a infância. A clássica pergunta, “o que você vai ser quando crescer?” nos dá uma dimensão em tempos bastante precoces, de que só somos “alguém” quando nossa personalidade está associada a uma atividade profissional.



Por outro lado, sabemos que a atividade profissional no curso da humanidade já esteve atrelada ao sofrimento desde a etimologia da palavra (trabalho) que deriva do nome de um artefato “*tripalium*”, na sua origem no latim, que era usado para torturar e açoitar. Na origem grega está associado a pena ou sofrimento. Sabemos também que na Idade Média o trabalho era reservado apenas aqueles situados na base da pirâmide social e econômica, os pobres e os escravos.

Desde a década de 80 o psicanalista francês Christopher Dejours (1982) vem dedicando os seus esforços a desenvolver estudos voltados a compreender a psicodinâmica do sofrimento humano ligado ao trabalho e à forma como os mecanismos de defesa se instalam como resposta subjetiva possível.

Os princípios do taylorismo e as transformações no mundo profissional mais agudas que derivaram da Revolução Industrial (1760-1840) e trouxeram ao longo dos Séculos XIX e XX importantes mudanças econômicas, sociais e de tecnologia têm causado impacto na construção das subjetividades, de acordo com Dejours (1998).

Concordando com o que disse Freud (1930), Aguiar e Almeida (2007) afirmam que o mal-estar decorrente da vida em civilização é condição irremediável do humano,

sendo o trabalho uma das fontes desse mal-estar que produz situações conflituosas e “uma sensação de estranhamento e infelicidade”. (p.06) Essa sensação, afirmam as autoras, traz consequências ao corpo e à subjetividade. Esse mal-estar surge da inserção do homem na cultura e das suas relações com o outro, como descrevem as autoras:

Ao ser introduzido no código e na lei social, o sujeito se dirige contra a liberdade e o prazer seguindo em direção à renúncia das pulsões. Por meio das interdições, as proibições retiram o homem de sua natureza e animalidade, tornando-o social. (Aguiar e Almeida, 2007. p.05).

O adoecimento ligado ao mundo do trabalho se torna ainda mais dramático quando falamos da população feminina.

O relatório “Esgotadas: empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres” (ONG Think Olga) demonstra em dados que as mulheres apresentam indicadores ainda mais preocupantes. Segundo a referida pesquisa que foi realizada em 2023, envolvendo 1.078 mulheres, entre 18 e 65 anos em todos os estados do país, 45% da população feminina está acometida de ansiedade, depressão, ou outro tipo de transtorno mental. A mesma pesquisa, cuja margem de erro é de 3 pontos percentuais e o intervalo de confiança é de 95%, demonstra que uma em cada dez mulheres brasileiras tem sintomas de ansiedade.

Os fatores que contribuem para esse quadro, segundo o estudo, remetem à sobrecarga de trabalho, insegurança financeira e a um esgotamento mental e físico causado pela chamada economia do cuidado. Economia do cuidado que sabemos é predominantemente uma marca na rotina diária das mulheres.

Mais alguns dados contidos no mesmo levantamento revelam que as mulheres são as únicas ou principais provedoras em 38% dos lares e são, em sua maior parte, negras, das classes D e E, e com mais de 55 anos de idade. Do universo pesquisado, apenas 11% das mulheres ouvidas afirmam que não contribuem financeiramente para o custeio das famílias.

Em pesquisa realizada pelo IBGE (2022) os dados vão na mesma direção quando apontam que na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, as mulheres brasileiras dedicam 21,4 horas da semana em tarefas domésticas e do cuidado enquanto os homens se ocupam dessas atividades numa proporção menor, com 11 horas no mesmo período.

Na amostra feita pelo mesmo instituto governamental, a sobrecarga de trabalho doméstico e a jornada excessiva é a primeira referência das entrevistadas à condição de estresse, sendo as preocupações financeiras a segunda causa apontada.

As mulheres são ainda mais afetadas pela síndrome de burnout que os homens.

Em uma pesquisa realizada em 2021 denominada Women in the Workplace, os números demonstram que 42% das mulheres ouvidas apresentam sintomas da doença. Dentre as causas determinantes para esse quadro aparecem queixas como excessiva cobrança por performance e rotinas exaustivas.

Vemos que as causas pelas quais as mulheres estão exaustas têm muitas origens. Algumas delas são confirmadas por pesquisas, a exemplo de uma realizada pela Universidade de Montreal no Canadá em 2018, que demonstrou que as mulheres são mais propensas a desenvolver o quadro de burnout em função de situações decorrentes do machismo estrutural que também povoa o ambiente corporativo.

Entre essas situações que revelam o machismo estrutural podemos citar algumas: a menor probabilidade de ser reconhecida e ocupar postos de liderança, menores salários que os homens e maiores exigências para serem reconhecidas em seu desempenho. Além disso precisam conciliar as responsabilidades do ambiente doméstico com as exigências da vida profissional.

Uma recente pesquisa do DIEESE (2024), intitulada, “Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes” traz dados que fortalecem nossa argumentação:

**“Quatro de cada 10 pessoas (39,6%) ocupadas como diretoras ou gerentes eram do sexo feminino, mas quando se observa o rendimento de homens e mulheres nessa função, nota-se que elas (R\$ 5.900) recebiam 29,5% a menos do que eles (R\$ 8.363), no 4º trimestre de 2023. Esses números refletem os preconceitos e desigualdades existentes no mercado de trabalho brasileiro: a dificuldade de se aceitar que mulheres possam comandar; a discriminação e o assédio sofridos pelas trabalhadoras, o que prejudica a permanência delas nos postos de trabalho; os problemas para conciliar os afazeres domésticos e as atividades profissionais (enquanto as mulheres ocupadas dedicavam, em média, quase 17 horas semanais com afazeres da casa e relacionados às famílias. Em 2022, os homens dispensavam em média 11 horas nessas atividades); os obstáculos enfrentados para conseguir creches para os filhos; a necessidade de participar de cursos fora da jornada de trabalho, entre tantos outros.”
(DIEESE, 2024. p.04)[1]**

Um outro significativo estudo revelador da gravidade dos casos de burnout na população feminina, desta vez realizado pela Fundação Instituto de Administração (FIA-2023), mostrou que a síndrome de burnout atinge mais as mulheres trabalhadoras.

Os índices obtidos em um universo de 188 mil pessoas ouvidas em 419 empresas brasileiras, assinala que índices para a população em geral estão na casa dos 30%. Entretanto, quando o recorte é feito por gênero, um dado mais preocupante surge, pois, as mulheres são impactadas com índices na proporção de 73% superior à estatística com os homens.

Esses dados demonstram que as mulheres sofrem mais com a síndrome de burnout em grande parte pelo chamado machismo estrutural, muitas vezes invisível inicialmente e infinitamente mais difícil de combater que a violência explícita contra a mulher.

O machismo estrutural tem raízes seculares e está enraizado de tal maneira que nós mulheres precisamos também promover reflexões que nos levem a buscar estratégias mais eficazes para enfrenta-lo. O machismo estrutural causa, por exemplo, manipulações de caráter emocional sem que percebamos.

O gaslighting é uma dessas formas mais sutis e cruéis de subjugar uma mulher. A expressão surgiu a partir da inspiração em um filme da década de 1940 chamado “Gaslight” (1944) com seu título traduzido para a expressão “Meia-Luz”.

[1] A pesquisa completa do DIEESE está no site da instituição: www.dieese.org.br, e, disponível no código QR da página 22 desta revista.

No filme de grande sucesso, que também ganhou interpretações para o teatro, um casal vive um drama em que o marido manipula o ambiente, ocasionando situações de dúvidas para que a esposa pense que está enlouquecendo e hesite sobre sua sanidade, memória e percepção da realidade.

O objetivo dele é desestabilizar a esposa para que ele possa ter acesso aos seus bens materiais. No filme, estrelado pela famosa atriz Ingrid Bergman, que ganhou o Oscar pela sua interpretação, o marido usa de subterfúgios controlando a luz do ambiente para que a mulher duvide de sua percepção. Neste caso, a manipulação leva a condições de fragilidade da mulher que fica de fato à beira da desestabilização em função justamente dos artifícios criados pelo cônjuge.

Essa tática leva à desestabilização da vítima e pode ser praticada em vários lugares além do familiar, inclusive no ambiente corporativo. É uma violência psicológica onde o abusador cria situações tentando inverter o discurso, desvirtua a realidade e busca induzir a vítima e o contexto, a uma realidade alterada pelo próprio manipulador.

As mulheres são mais afetadas em função de uma sociedade em que os valores dominantes são os do patriarcado.

Muitas expressões que são comumente escutadas em vários contextos e dirigidas às mulheres em diversas ocasiões, a exemplo de "Você está ficando louca?", "Você está exagerando!", ou ainda, "Isso só está em sua cabeça!", podem ser derivadas de formas de se aproveitar de um cenário machista que reproduz uma suposta condição de fragilidade emocional à mulher. E quando há qualquer tentativa da mulher em contra argumentar, logo surgem colocações de que "Você é muito frágil!", ou ainda, "Você está distorcendo a realidade, está vendo coisas onde não existem."

Por vezes a mulher pode, inclusive, se questionar se está sendo injusta ou confusa. Além disso, adjetivos como histérica, exagerada, dramática, entre outros, são muito utilizados com o intuito de desqualificar a presença feminina em diversos espaços. A expressão "sexo frágil", por exemplo, perpetuada há muito tempo em nossa sociedade, contribuindo para cristalizar as mulheres numa condição de emocionalmente instável e insegura.

Essa chantagem emocional pode perdurar por muito tempo em diversos relacionamentos sem ser sequer identificada, haja vista a forma consolidada de valorização da palavra do homem numa cultura em que a mulher precisa comprovar repetidas vezes a sua condição de capaz ou competente.

Entre os sintomas que podemos identificar nestes quadros de burnout e gaslighting, alguns são mais persistentes e comuns. Na síndrome de burnout os mais comuns são cansaço físico e mental constantes, dores de cabeça; ansiedade; sensação de fracasso; negatividade e sensação de desesperança, entre outros. Já nas situações em que há a manipulação psicológica, o chamado gaslighting, identificamos como sintomas mais frequentes a dependência em relação ao abusador; isolamento, sentimento de culpa, insônia e ansiedade. Em ambas as situações os quadros depressivos costumam aparecer quando a situação está mais grave. Por isso são importantes reflexões e alertas que tragam essas situações à tona para contribuir com a diminuição do sofrimento mental imposto à população feminina.

Isto posto, como contribuições iniciais aos debates acerca da Saúde Mental da mulher, esperamos contar com mais espaços de reflexão a exemplo do Fórum Alepe Mulher quando tive a satisfação de partilhar ideias e construções com todas as participantes do evento.

Agradeço o convite feito pelo Superintendente Geral Isaltino Nascimento e pelas equipes de assessoria das deputadas Dani Portela, Débora Almeida, Gleide Ângelo, Rosa Amorim, Simone Santana e Socorro Pimentel, que organizaram o 1º Fórum Alepe Mulher em articulação com a Escola do Legislativo e seu superintendente, José Humberto Cavalcanti.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1992.

HINTZE, Helio. **Desnaturalização do Machismo Estrutural na Sociedade Brasileira**. São Paulo: Paço Editorial, 2021.

SARKIS, Stephanie Moulton. **O Fenômeno Gaslighting: Saiba Como Funciona a Estratégia de Pessoas Manipuladoras Para Distorcer a Verdade e Manter Você sob Controle**. São Paulo. Cultrix, 2019.

Depressão, outros transtornos e fatores sociais na saúde mental da mulher

Profa. Dra. Kátia Petribú[*]
Psiquiatra

“É fato determinar, que a depressão se coloca como uma das principais causas de incapacidade global, destacando-se pela sua prevalência e impacto significativo na saúde mental das pessoas em todo o mundo.”



47

[*] por assessoria da deputada Socorro Pimentel, baseado em palestra ministrada pela Dra. Kátia Petribú no 1º Fórum Alepe Mulher.



É fato determinar, que a depressão se coloca como uma das principais causas de incapacidade global, destacando-se pela sua prevalência e impacto significativo na saúde mental das pessoas em todo o mundo.

Segundo pesquisa divulgada pela Organização Mundial da Saúde em 2015, a depressão se destaca como a principal causa de incapacidade global, afetando 76,4 milhões de indivíduos em todo o mundo. Os transtornos de ansiedade também figuram na pesquisa, afetando cerca de 3,7 milhões de indivíduos. Ainda segundo a OMS, a depressão assim como a ansiedade ainda é mais recorrente, em mulheres.

Conforme o DSM-5, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, American Psychiatric Association o humor deprimido é o primeiro sintoma que

configura depressão, seguido por marcada redução no interesse ou prazer em todas ou quase todas as atividades; insônia ou hipersonia; fadiga ou perda de energia; considerável perda de peso sem dieta, ganho de peso ou redução/aumento de apetite; agitação ou retardo psicomotor; redução da capacidade de concentração, de pensar ou indecisão; sentimentos de inutilidade, culpa inapropriada (que pode ser delirante) que não se limita à auto reprovação, ou por estar doente; pensamentos recorrentes de morte, ideação suicida recorrente sem plano específico, tentativa de suicídio ou plano específico de suicídio.

São necessários cinco ou mais dos sintomas supracitados, que devem estar presentes por duas semanas, na maior parte dos dias, representando uma mudança no funcionamento prévio, para que a depressão seja devidamente diagnosticada.

Ainda, consoante com o DSM-5, o termo depressão é utilizado com frequência para se referir a qualquer um dos vários transtornos depressivos como o transtorno depressivo maior, transtorno depressivo persistente, também conhecido como distímia e o transtorno disfórico pré-menstrual.

O último, que afeta particularmente as mulheres, manifesta-se por meio de mudanças de humor e ansiedade nitidamente ligadas ao ciclo menstrual. Esses sintomas surgem na fase pré-menstrual e cessam após o período menstrual, afetando o bem-estar mental das mulheres.

Além da depressão e ansiedade acentuadas, os sintomas do transtorno disfórico pré-menstrual, incluem oscilações de humor, irritabilidade, raiva acentuada, conflitos intensificados, adicionados por desinteresse em atividades cotidianas, baixa concentração, fadiga, excesso ou falta de apetite. Os sintomas físicos também podem ser relatados, como ganho de peso, dor nas mamas, nas articulações e musculares.

Infelizmente, não é só o transtorno disfórico pré-menstrual que desequilibra o bem-estar feminino. A gravidez e o período pós-parto, conhecido como puerpério, são momentos de significativas mudanças físicas, hormonais e emocionais na vida de uma mãe.

Essas transformações podem ter um impacto significativo na saúde mental da mulher, tanto positiva quanto negativamente.

O puerpério é o período que se inicia imediatamente após o parto e dura, em média, seis semanas. Durante esse tempo, a ansiedade despertada com a chegada do bebê pode ocasionar sintomas depressivos.

Após o parto, muitas mulheres enfrentam desafios adicionais. A queda abrupta nos níveis hormonais, as demandas físicas da recuperação pós-parto, a privação de sono e as novas responsabilidades de cuidar de um recém-nascido podem ser intensamente desafiadoras.

O puerpério também é um momento de ajuste emocional, onde as mulheres podem se sentir sobrecarregadas, inadequadas ou emocionalmente vulneráveis. Algumas mulheres podem desenvolver transtornos mentais como a depressão pós-parto, que afeta 25% das mães no Brasil.

Quando não tratada, essa condição pode ter implicações significativas para os filhos, prejudicando a criação de vínculos entre a mãe e o filho, já que mães com depressão pós-parto podem olhar e tocar menos em seus filhos.

Ademais, é essencial reconhecer que a depressão muitas vezes, não é prontamente identificada, dada a sua natureza variada e sintomas que podem ser confundidos com outras condições de saúde.

Em relação às mulheres, tanto os transtornos relacionados ao ciclo menstrual quanto os desafios enfrentados durante o período pós-parto e a menopausa destacam-se como momentos críticos na trajetória feminina, exigindo uma compreensão integrada e apoio adequado para preservar o bem-estar mental das mulheres.

Além disso, a exposição à violência doméstica ou de gênero pode ter repercussões severas na saúde mental e física das mulheres, destacando a importância de abordar não apenas os aspectos fisiológicos, mas também os sociais e ambientais que influenciam a saúde mental feminina.

Em conclusão, a saúde mental da mulher é influenciada por uma variedade de fatores. A depressão é apenas uma das muitas condições que podem afetar o bem-estar das mulheres.

É crucial reconhecer a importância de cuidar da saúde mental, buscando equilíbrio em todas as áreas da vida.

Isso inclui adotar práticas de autocuidado, buscar apoio social quando necessário, manter um estilo de vida saudável e, quando necessário, procurar ajuda profissional.

Em matéria veiculada no site do Senado, em novembro de 2023, três a cada dez brasileiras já foram vítimas de violência doméstica de acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher[1], feita pelo Instituto Data Senado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV, 2023).

A ameaça de violência já pode ser definida como trauma, “É uma situação que envolve morte real ou ameaça, sério ferimento ou outras ameaças à integridade física própria ou de outra pessoa, como um sequestro, combate militar, estupro ou agressão pessoal violenta” (APA,1994).[2]

A exposição ao trauma é precisamente o que pode desencadear outro transtorno: o estresse pós-traumático. Esse quadro se manifesta quando algumas sensações persistem após um mês da vivência de uma situação grave.

Revivência do trauma, sofrimento psicológico intenso, sensações físicas, distúrbio do sono, hiper vigilância e dificuldade de concentração são alguns dos sintomas que indicam o diagnóstico do referido transtorno.

[1] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/maior-pesquisa-do-brasil-sobre-o-tema-10a-pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-revela-percepcoes-e-vivencias-das-mulheres-brasileiras>

[2] Associação Psiquiátrica Americana. (1994). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (4ª ed.). American Psychiatric Publishing, Inc. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1994-97698-000>

Identificar os sinais precoces desse transtorno é crucial para direcionar intervenções eficazes e mitigar suas consequências devastadoras. Ademais, é essencial reconhecer que a depressão muitas vezes, não é prontamente identificada, dada a sua natureza variada e sintomas que podem ser confundidos com outras condições de saúde.

Em relação às mulheres, tanto os transtornos relacionados ao ciclo menstrual quanto os desafios enfrentados durante o período pós-parto e a menopausa destacam-se como momentos críticos na trajetória feminina, exigindo uma compreensão integrada e apoio adequado para preservar o bem-estar mental das mulheres.

Além disso, a exposição à violência doméstica ou de gênero pode ter repercussões severas na saúde mental e física das mulheres, destacando a importância de abordar não apenas os aspectos fisiológicos, mas também os sociais e ambientais que influenciam a saúde mental feminina.

Em conclusão, a saúde mental da mulher é influenciada por uma variedade de fatores. A depressão é apenas uma das muitas condições que podem afetar o bem-estar das mulheres.

É crucial reconhecer a importância de cuidar da saúde mental, buscando equilíbrio em todas as áreas da vida.

Isso inclui adotar práticas de autocuidado, buscar apoio social quando necessário, manter um estilo de vida saudável e, quando necessário, procurar ajuda profissional.

Ao reconhecer e abordar esses diversos aspectos que influenciam a saúde mental, as mulheres podem trabalhar para garantir seu bem-estar emocional e desfrutar de vidas mais saudáveis e satisfatórias.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica.** 2023
- CANTILINO, Amaury. et al. **Transtornos psiquiátricos no pós-parto.** Arch. Clin. Psychiatry (São Paulo) 37 (6) • 2010.
- GONÇALVES, Ana Larissa C. SILVA, Josimara Alves da. PRETO, Vivian Aline. **Análise Reflexiva: Depressão pós-parto e suas consequências emocionais para o binômio mãe e filho no Brasil.**
- PFIZER. **Depressão em Mulheres.** 2022
- SALEME, Isabelle. **Sete em cada 10 pessoas com depressão ou ansiedade são mulheres, aponta pesquisa.** CNN Brasil. 2024.
- SAMPAIO, Fabiana. **Quase metade das mulheres brasileiras sofrem de ansiedade ou depressão.** Agência Brasil. 2023.
- SILVEIRA, Luísa. **Depressão Pós-Parto: as consequências para os filhos.** Babycenter. 2023.



— Enfrentamento à Violência

Nossa luta muda o mundo



“NÃO FECHÉ OS OLHOS, ESTENDA A MÃO”

Por Delegada Gleide Ângelo
Deputada Estadual



@GLEIDEANGELO

Tivemos a oportunidade de nos reunir aqui na Casa Legislativa para os encontros do Fórum Alepe Mulher – um espaço de diálogo e fomento para a desconstrução de inflexibilidades sobre a realidade de disparidades e desigualdades com que as mulheres são tratadas ao longo dos séculos em nossa sociedade.

53

Momentos como este nos convidam à reflexão e a conscientização, em que procuramos pensar em tudo o que já foi conquistado, mas também nos quantos percalços ainda precisam ser ultrapassados.

Afinal, num país em que uma mulher é agredida fisicamente a cada dois minutos, uma outra é estuprada a cada oito minutos e uma terceira é vítima de feminicídio a cada sete horas (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020), ainda precisamos batalhar por direitos básicos como a autonomia, a liberdade de escolha e até pelo direito à própria vida.

É preciso lembrar que só em 1988 a Constituição Brasileira passou a reconhecer as mulheres como iguais aos homens. E até bem pouco tempo atrás (2006), a violência doméstica ainda era tratada como um crime de menor potencial ofensivo, ou seja, uma contravenção cuja pena do agressor era convertida em prestação de serviços à comunidade ou em doação de cestas básicas a entidades assistenciais. Assim, foi apenas em pleno século XXI, que as brasileiras conseguiram ser enxergadas em suas vulnerabilidades resultantes de um sistema que as objetifica e as neutraliza como pessoas.

No entanto, apesar destes avanços, não podemos fechar os olhos e reconhecer a precariedade da nossa embrionária estrutura de apoio às mulheres. Ainda temos muito pelo que batalhar. Ainda é necessário debater sobre esta cultura machista e patriarcal que permite que as mulheres sejam relegadas aos espaços domésticos e cujas agressões físicas, morais, psicológicas e financeiras sejam protegidas sob a desculpa da intimidade e da privacidade doméstica. Sob este aspecto, nada é mais explícito do que o dito popular “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Este é o tipo de pensamento que em muito contribui para o silêncio das vítimas e consequente subnotificação de casos.

Quantas de nossas mães e avós não tiveram uma vida de agressões baseada no silêncio e na solidão, em nome da manutenção de uma imagem social que corrobora e compactua com a violência a partir do instante em que se omite diante dos indícios e fatos?

É preciso estar atento aos sinais. E essa é uma responsabilidade de todos nós. Não feche os olhos e estenda a mão – este é apenas o primeiro passo.

Instituto Banco Vermelho se inspira na pedagogia libertadora

Paula Limongi e Andrea Rodrigues
Fundadoras do Instituto Banco Vermelho no Brasil

“Transformando luto em luta. Assim surgiu o Instituto Banco Vermelho no Brasil, mais especificamente em Recife, em novembro de 2023.”



55

Impactadas pela perda de amigas queridas, dedicamos o projeto Banco Vermelho a Maristela Just, Patrícia Wanderley e Renata Alves, que tiveram suas vidas ceifadas pelo feminicídio.

A inspiração para nossa missão veio da sabedoria do educador Paulo Freire, quando afirmou que "a educação deve estar ligada ao cotidiano das pessoas".

Essa frase foi o ponto de partida para escolhermos qual elemento representaria a nossa luta: um banco de praça, que está no caminho das pessoas, no dia a dia e em qualquer parte da cidade.

Enquanto um banco comum serve como local para descanso, o banco vermelho transcende essa função. Ele não apenas convida a sentar e refletir, mas também a levantar e agir.

Além do banco de praça, o instituto utiliza elementos urbanos diversos como placas de trânsito e outros recursos criativos para transmitir mensagens de prevenção e conscientização sobre o feminicídio, alcançando as pessoas em seu dia a dia e chamando atenção para a causa da luta a favor da proteção à mulher.

Em Boa Viagem, uma das praias mais conhecidas do país, o instituto instalou 100 bancos vermelhos na faixa de areia, no Dia Internacional

da Mulher, em homenagem às vítimas de feminicídios em Pernambuco.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) também adotou o Banco Vermelho no Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, tornando-se o primeiro tribunal de justiça no Brasil a adotar um ícone de enfrentamento direto à violência de gênero em seu fórum.

O instituto tem se mobilizado e articulado em todo o país, estabelecendo diálogo com diversos poderes públicos e privados. Em fevereiro de 2024, fomos recebidas, por quatro ministros, incluindo a Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, duas senadoras e pela Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, coordenada por Benedita da Silva. O objetivo é levar esse símbolo de luta para todo o país.

Em março de 2024, nós, fundadoras, fomos convidadas pela deputada Socorro Pimentel como palestrantes do 1º Fórum Alepe Mulher, no dia dedicado ao Enfrentamento à Violência. Ao lado da deputada Gleide Ângelo, pudemos falar mais sobre a importância do instituto não só para nós, mas para uma sociedade que ainda é vítima do machismo e misoginia.

No mesmo mês, o Instituto Banco Vermelho participou de uma audiência pública no Senado Federal para discutir um projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados. Na ocasião, apresentamos todas as atividades do instituto, que vão além das intervenções urbanas, na luta pelo feminicídio zero.

O instituto tem projetos de lei na esfera federal, estadual e municipal com objetivo de ampliar ações de conscientização e combate ao feminicídio e à violência contra a mulher, incluindo campanhas elucidativas em escolas, universidades e outros locais de grande circulação.

Além da causa do feminicídio, o instituto se dedica às pessoas afetadas por essa violência, apoiando mulheres que perderam filhas (os), irmãs (os), pais e demais familiares devido ao feminicídio. A luta é coletiva e envolve todas as pessoas que sobreviveram à brutalidade e aquelas que ainda estão imersas nela, indo além dos símbolos e envolvendo cuidar de todas as pessoas que são afetadas pela violência de gênero.

Uma das maiores dificuldades é sensibilizar a sociedade sobre a gravidade do feminicídio e da violência contra a mulher. É justamente por isso, que o instituto utiliza intervenções urbanas, como os bancos vermelhos, para transmitir mensagens de prevenção e conscientização.

No entanto, alcançar todas as pessoas e garantir que elas compreendam a importância dessa causa é um desafio constante.

A atual legislação, embora tenha avançado ao tipificar o feminicídio como crime hediondo e ao estabelecer medidas protetivas para as vítimas, muitas vezes ainda se mostra insuficiente para coibir efetivamente os agressores. Portanto, a imposição de penas mais rigorosas, em consonância com a gravidade do delito, não apenas serve como uma forma de justiça para as vítimas, mas também como um meio de dissuasão para potenciais agressores.

Ademais, a aplicação consistente e eficaz dessas penas é essencial para transmitir uma mensagem clara de que a violência contra a mulher não será tolerada pela sociedade e pelo sistema jurídico. No entanto, é importante ressaltar que medidas punitivas devem ser acompanhadas por políticas abrangentes de prevenção, educação e apoio às vítimas, visando abordar as raízes estruturais da violência de gênero e promover uma cultura de respeito e igualdade.

Esse é o propósito maior do Instituto Banco Vermelho, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o respeito pelos direitos das mulheres seja uma realidade incontestável e o feminicídio seja zero.

A Lei Maria da Penha salva vidas!

**Lucidalva Nascimento
e Cileide Cristina da Silva**

Advogada e cliente que acionaram a Lei Maria da Penha pela primeira vez no Brasil, emocionam participantes do 1º Fórum Alepe Mulher.



Lucidalva Nascimento
Advogada

58

Falar da Lei Maria da Penha e do caso de Cileide é gratificante porque nos fortalece enquanto coletivo e enquanto mulher. Até chegar o caso de Cileide, eu trouxe cinco tópicos para que a gente perceba como é o enfrentamento, como se deu a luta e o enfrentamento à violência contra a mulher antes da lei.

Eram os anos 80 e eu comecei a atuar no Centro das Mulheres do Cabo e a gente não tinha no nosso arcabouço jurídico nenhuma lei que definisse o que era violência contra a mulher ou que respondesse ao enfrentamento à violência contra mulher. Naquela época, para fazermos o afastamento do agressor tínhamos que entrar com a separação de corpos e 30 dias depois entrar com a separação judicial.

Estava sendo criada a primeira Delegacia da Mulher no Estado de São Paulo e o Estado de Pernambuco foi o segundo que obteve essa delegacia especializada, mas ainda faltava alguma coisa. As mulheres iam à delegacia e ouviam aquelas velhas frases, “É ruim com ele, pior sem ele” e “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Havia o silêncio e o medo, como ainda existe até hoje. Entretanto, a impunidade era um elemento central e dava certeza de que aquele crime cometido não seria punido para os agressores, para os algozes de mulheres.

Nessa mesma década de 80 chegamos no ano da Assembleia Nacional Constituinte que ia dar conta de uma nova Constituição Federal, elaborada por muitas mãos, tendo a participação efetiva do movimento feminista, do movimento de mulheres, e do movimento das Deputadas Federais chamado “Lobby do Batom”.

Pela primeira vez o Estado Brasileiro admite que existe violência no âmbito da família, no capítulo que trata da família, onde diz que o Estado iria criar meios e mecanismos para coibir a violência no âmbito familiar. Estávamos num período que se naturalizava e banalizava a violência contra a mulher e aí o Estado diz: tem violência no âmbito da família.

Em 1995 foi criada a lei 9.099 em que os crimes de menor potencial ofensivo, o mundo jurídico e o mundo da segurança diziam que o enfrentamento à violência contra mulher estaria resolvido, porque tudo seria colocado nessa Lei 9.099/1995. Porém, outra vez o movimento de mulheres feministas dizia: “Não, violência contra a mulher é uma violação dos Direitos Humanos”. E essa lei foi banida para dar enfrentamento à violência contra a mulher e se não tivesse havido essa vigilância, esse enfrentamento, estaríamos com a violência contra a mulher como crime de menor potencial ofensivo.

Chegando nos anos 2000 é formado um consórcio com várias ONGs, tendo o Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público para discutir uma lei que viesse dar enfrentamento à violência contra mulher. E aí o caso da Maria da Penha vai para OEA onde é discutida essa lei tão importante para as mulheres.

Eu amo a Lei Maria da Penha. Eu gosto de trabalhar com essa Lei porque ela salva a vida das mulheres, previne a violência contra a mulher, protege as mesmas e pune os agressores. A Lei Maria da Penha é tão perfeita que trouxe os novos saberes da psicologia e do serviço social. Anteriormente, nos anos 80, não se conseguia definir nem visualizar a violência psicológica, mas hoje, inclusive nas varas da violência contra a mulher, tem uma equipe multidisciplinar de psicólogos(as) e de assistente social que ouvem as mulheres e as informações vão subsidiar o Juiz(a) de Direito, o promotor(a) para uma análise, um julgamento mais real. Outro fator interessante que a Lei apresenta é definir o que é violência contra a mulher.

Quem trabalha com as mulheres fazendo atendimentos e acompanhando, acredita nas mudanças de comportamentos, de valores. Sempre digo e aprendi isso com o movimento de mulheres

“em briga de marido e mulher se mete a colher sim”, “ruim com ele e melhor sem ele”, “quem tem boca vai à Roma”, “quem tem boca chama a polícia, liga para o 190 para o 180 porque a Lei Maria da Penha já diz: ouviu, tomou conhecimento, ligue e diga “Na rua tal, número tal, a mulher ela vem sendo espancada, ameaçada etc.”. Que terá uma averiguação e esse caso vai chegar na polícia, no Ministério Público. Qualquer pessoa pode ligar, é preciso criar coragem.

Chegamos na Lei Maria da Penha, essa lei tão brava, que nos impulsiona para estarmos aqui hoje e dialogando junto com a Deputada, forma e mecanismos para dar esse enfrentamento, principalmente na proteção, na prevenção e na punição para que eles não fiquem impunes. A prevenção é isso aí, é Lei Maria da Penha nas Escolas, é a Lei Maria da Penha nas Universidades.

Era o ano de 2006, Centro das Mulheres do Cabo de Santo Agostinho, chega Cileide no nosso atendimento e fala do seu caso. A mulher que sofre esse tipo de violência não só precisa de acolhimento, mas também de adquirir autoconfiança. E Cileide ainda não estava pronta, sendo respeitado o seu momento. Esse tempo varia muito de mulher para mulher, dependendo da dinâmica de vida de cada uma e do seu contexto familiar. Cileide voltou, e na mesma semana chega a notícia de que tinha uma mulher (Cileide) que estava sendo espancada.

Mandamos um carro de praça. Foi ótimo porque o motorista serviu de testemunha, que é difícil ter uma testemunha ocular no caso de enfrentamento à violência contra as mulheres e fomos pra delegacia. Cileide voltou, mas na mesma semana na sexta-feira chega a notícia de que tinha uma mulher – era Cileide, que estava sendo espancada. Mandamos um carro de praça, foi ótimo porque o motorista serviu de testemunha, que é difícil ter uma testemunha ocular no caso de enfrentamento à violência contra as mulheres e fomos pra delegacia às 15 horas, saindo às 4 horas da manhã e de lá Cileide ainda foi para o IML.

Então, naquela agonia, naquele desejo de fazer a lei valer, eu tinha uma lei impressa, botei na bolsa e fui pra delegacia. O delegado dizia que não era o tempo, e eu dizia que era o tempo. O agressor foi preso em flagrante, não pagou a fiança e foi para o Cotel. Respondeu ao processo. Após 90 dias teve audiência onde foram arbitradas as medidas protetivas, outro elemento fundamental. O agressor respondeu o processo e quando foi solto ainda perseguiu a Cileide, mas na audiência o juiz falou: “Qualquer coisa que acontecer com ela, o senhor é o primeiro responsável”, e essa punição fez com que ele recuasse.

Ele e muitos homens, pois diversas mulheres são salvas pela Lei Maria da Penha. Muitas que tiveram as suas vidas ceifadas ou que sofreram uma violência no âmbito da família não procuraram um lugar de apoio, não procuraram um Centro de Referência, não foram em busca dessa ajuda. Por isso que é importante denunciar, apoiar essa mulher, ouvir e para finalizar digo a vocês, quando uma mulher em situação de violência chegar até vocês para contar o que aconteceu, não se admire, não faça cara de espanto. Escute serenamente, atentamente. Não pergunte como foi, deixe-a falar e depois pergunte “Ok, eu estou aqui, vou te apoiar, te ajudar. Você quer o quê?”.

Muitas vezes dizem que só querem desabafar e nós dizemos “Massa, estou aqui quando você quiser ir na delegacia, no Centro de Referência, no Organismo de Política para as Mulheres, eu vou contigo”. Isso fortalece as mulheres e não quando dizemos “Poxa, eu ouvi meia hora e ela não fez nada”, pense, reflita. Cada mulher tem uma história, cada mulher tem uma dinâmica e a Lei Maria da Penha salva vidas e protege as mulheres. Obrigada!



Cileide Cristina da Silva, primeira vítima que utilizou a Lei Maria da Penha para denunciar violência doméstica.

Quero agradecer a iniciativa das deputadas de abrir as portas dessa casa para tratar de um tema tão delicado, tão importante e tão difícil de ser aceito. Nós só temos a agradecer-lhes, pois quanto mais se fala nesse assunto mais ele vai longe. Sou muito tímida, tenho muita vergonha de ficar em público, mas a causa é nobre e merece.

Como já foi falado, sou Cileide Cristina da Silva, mãe de quatro filhos e durante 20 anos da minha vida sofri violência doméstica de todo tipo que você pode imaginar. Sabemos que lá fora tem mulheres que ainda não conhecem,

mas, a violência é mais do que só o espancamento, mesmo sendo o mais falado. Costumo dizer que o agressor tem um perfil. Ele procura mulheres sofridas, mulheres que tiveram uma infância ruim, que passaram fome, cujos pais são separados porque isso descontrola a cabeça de qualquer um, então você vê aquela pessoa e ele se apresenta para você como um príncipe encantado, salvador da pátria.

Acaba pensando na vida que teve na infância com muitos irmãos, com os pais e vê aquele homem ali fantasiado em cima de um cavalo branco e cai na conversa.

O primeiro passo dele é afastar você da família, com a conversa “Sua mãe lhe dá conselho ruim, não quero você perto dela. Nem ela vem aqui, nem você vai na casa dela. Quando tu for eu tenho que ir também”, “Tua irmã não presta porque anda com más companhias, não quero você falando com ela”, “Aquela tua amiga da escola, não quero nem ouvir o nome dela, nem falar dela dentro de casa”.

Então a mulher se afasta de todos que poderiam acolhê-la, dar um conselho, socorrê-la mais tarde. Logo que ele consegue isso, começa a falar das roupas “Mulher minha não usa esse tipo de roupa!” A documentação da mulher que fica com ele, o mesmo se encarrega de tudo, parece que tem um plano já programado de berço...“Para que você quer documento? não vai arrumar emprego, não precisa de documento.

Você não tem direito a nada, não faz nada, não estuda mais, não tem uma profissão”. Fica dependendo dele para tudo, aí vem a dificuldade da denúncia que muitas vezes não entendemos, tem pessoas que perguntam: “Por que não denunciou antes? Esperou 20 anos”.

Esperei aquilo que eu alarmo para mulheres não esperarem hoje, mudança! Todas as vezes que ele me agredia, batia em mim, me fazia uma promessa de que aquilo não ia mais acontecer, que era a última vez.

Ele batia em mim à tarde ou pela manhã na frente dos meus filhos e à noite quando eu ia dormir ele queria que eu cumprisse o papel de mulher. Você não tem cabeça e nem situação para isso.

Então apanhava de novo porque eu ia ter que dizer quem era a outra pessoa que eu estava, porque eu não queria ele. Assim foi minha vida durante 20 anos.

Já sabemos como começa a violência doméstica, como é o meio, o fim é o que muda. No meu caso, Graças a Deus, tive sorte de ter um fim diferente. O meu final foi escrito de outro modo, mas o de muitas não é assim. Durante esses 20 anos eu não tinha força para nada assim, primeiro me culpava por tudo isso, ele me culpava e eu aceitei no passar dos anos, passei a aceitar que a culpa daquilo que acontecia era minha. Que a mulher que obriga o homem a bater nela, era isso que ele me dizia “Olha tu não tem uma profissão, não sabe ler, não sabe escrever. Tu é uma mulher desajeitada, é uma mulher feia. Para dizer a verdade, se me deixar tu não vai arrumar mais ninguém, vai voltar pra casa da tua mãe aquele cubículo, com dois filhos”.

Na época só eram dois, depois passou a ser quatro, aí muitos dizem assim “Numa situação dessa ainda arrumou filho”, mas se eu contar a vocês que para fazer uma cirurgia de

laqueadura eu tive que mobilizar o médico e as enfermeiras do hospital para mentir para ele. Não é o correto a se fazer, contudo foi assim que aconteceu, porque senão eu tinha tido 10 filhos. Mentimos para ele dizendo que eu precisava ficar no hospital, que tinha havido uma complicação no parto, para eu conseguir fazer minha cirurgia e quando cheguei em casa tive que esconder que estava operada, tinha que fazer todo o serviço da casa naturalmente, não podia chorar, não podia sentir dor, não podia nada porque ele não poderia saber em momento algum que eu tinha feito aquela laqueadura no umbigo.

Tudo foi difícil naquele círculo de violência, era com mentiras, erros, medo. Quando ele saía, desligava a televisão e levava o controle no bolso. Meus filhos não podiam assistir televisão e quando ele chegava ligava e botava no jornal. Eu não podia passar na sala porque não podia ver nenhuma notícia que me levasse a me libertar daquilo. O Centro das Mulheres do Cabo foi quem me acolheu, me ajudou, me tirou daquela situação. Tinha um trabalho no local que eu morava há anos, e todos os meses elas iam lá, faziam um trabalho com mulheres vítimas de violência, com as crianças que passavam por isso também e eu nunca tive acesso a isso porque ele não deixava. Ele dizia “Olha, o Centro das Mulheres está aí, as lésbicas. Tu vai para lá, que tu me apanha lá, na frente de todo mundo”.

Então nesse dia eu não podia nem colocar a cabeça na porta porque se eu aparecesse na porta e passasse uma pessoa na frente da minha casa, ele dizia que veio trazer recado do Centro para mim, então eu ia apanhar. Com o passar do tempo ele não se conformava só bater em mim, batia nos meus filhos para que eu visse e dizia “Você não fez nada para apanhar, mas mainha perturbou painho e não vou mais dar em mainha porque ela é tão safada que nem sente mais dor, pai vai bater em você, mas a culpa é da sua mãe”. Tinha momentos que meus filhos falavam “Mainha quando pai chegar a senhora fique no quarto, não saia” porque eles achavam que apanhavam por minha causa, que eu tinha feito alguma coisa e ele batia nos meus filhos por isso. Ele acordava meus filhos pela madrugada e dizia aos meninos “Sua mãe não quer cumprir o papel de mulher com painho, por isso painho vai bater em vocês, para sua mãe aprender quem é que manda na casa”. Isso não tinha hora, acontecia de meia-noite, uma hora da manhã, duas da madrugada, e eu tinha que ceder e fazer aquilo que ele queria para meus filhos não apanharem sem motivo.

Encurtando o assunto, isso levou 20 anos e um certo dia minha filha disse “Mainha, a irmã disse que o Centro das Mulheres cuida dessa situação que nós estamos vivendo”, eu já tinha quatro filhos nessa época, eu disse: “Deus me livre, você é doida de falar esse nome aqui dentro de casa.

Cala a boca, se teu pai chegar por aí e escutar a casa cai”, e ela disse: “Quando formos levar os meninos na escola, iremos lá”. Fui com ela na segunda-feira e quando cheguei lá as meninas me acolheram muito bem, mas não tive coragem, eu disse a ela que era melhor deixar para lá porque ele não podia saber que eu estava ali. Eu entrei tão escondida, de boné, com medo de alguém me ver e dizer a ele.

Voltei para casa e quando foi na sexta-feira dessa mesma semana, as coisas ficaram tão piores do dia 7 até o dia 22 de setembro que eu não tive para onde correr, tive que buscar coragem aonde não tinha e denunciar. Fui no Centro novamente e elas me disseram: “Cileide você não está sozinha, iremos lhe ajudar. Aqui tem advogada, tem psicólogo, iremos levar isso ao conhecimento da Justiça”, eu dizia: “Mas não vai adiantar, ele não tem medo do juiz, ele diz que o juiz não manda na casa dele. Não manda nem na mulher dele, vai mandar na minha? Vai lá chamar o juiz então”.

Elas disseram “Não é assim como ele está lhe dizendo, você é a vítima, você não é acusada, você não é culpada do que ele faz” e elas me acolheram e me deram um gravadorzinho para colocar no lugar onde ele mais me agredia, que era para pegarmos ele falando essas coisas e usar contra o próprio, pois, era a única maneira que viram de o frear e eu fui para casa, cheguei primeiro que ele, um minuto antes.

Aí minha filha tinha pego um panfleto na rua que falava sobre a Lei Maria da Penha, só que até o momento eu não sabia do que se tratava aquele panfleto e ela disse “Mãe, aqui tem um negócio que talvez resolva a nossa situação, deixa eu ler para a senhora”, quando ela disse isso ele chegou, escutamos o barulho da bicicleta, ela me deu e eu guardei debaixo do pano da geladeira.

Quando ele entrou começou a perguntar onde é que eu estava, porque eu demorei e o vento soprou o paninho e o papel caiu bem nos pés dele. Ele pegou e disse “Tu sabe o que é isso aqui?”, eu disse “Não, tu sabe que eu não sei ler, nem escrever, como é que eu vou saber o que é isso”, ele disse “Você sabe o que é isso aqui”, eu disse “Sei não”, aí ele disse “Sabe, eu vou ali tomar uma e quando eu voltar tu vai comer esse papel todinho para aprender que mulher não dá parte de marido porque ele dá nela, eu não dou em tu não, dou na tua língua. Tem que entender isso, aí tu vai ver o que vai ficar ruim para tu” e saiu.

Quando voltou cumpriu a promessa, ele ia rasgando os pedaços de papel e enfiando na minha boca e mandando mastigar dizendo “Isso daí é para você aprender a não procurar A e B para dar parte do seu marido, o que eu faço com você é normal porque meu avô fazia com a minha avó, meu pai fazia com a minha mãe e eu faço com você. E assim que é o ciclo da vida, lei nenhuma vai impedir isso” e eu comi aquele papel.

Minha filha indignou-se na hora e veio para cima, ele pegou ela pelo pescoço e começou a bater com ela dentro de casa nas coisas e eu em cima, ele bateu na menina pequena, deixou ela com um galo na testa que parecia uma laranja.

Bateu muito em mim, já estava toda arreventada, aí bateu com a minha filha no espelho, que quebrou e saiu cortando minha filha em vários lugares e daí eu tive o dever e a obrigação, não chamo nem coragem porque naquele momento ninguém tinha. E saímos correndo, até chegar no orelhão e ligamos para o Centro que elas tinham nos dado um número e disseram que iriam chamar a polícia, que eu aguardasse lá que mandariam um carro para levar minha filha para o hospital e assim elas fizeram. Quando a polícia chegou eu disse que ele tinha saído e eu sabia onde ele estava. Tudo quebrado, na casa só ficou de pé a geladeira.

A polícia disse “Sabe onde ele está?” eu disse “Sei”, aí ele disse “Vamos lá” e me colocou dentro do carro. Quando chegamos lá ele estava no local que nós dois trabalhávamos, éramos ambulantes. Lá estava ele, bem tranquilo como se nada tivesse acontecido. A polícia chegou e o levou para a delegacia. Ele não queria ir dizendo que não fez nada, eu que o agredi, que ele estava todo furado de tesoura.

O policial disse a ele “No IML veremos isso”. Quando chegou lá na delegacia as meninas do Centro já estavam lá, a outra equipe delas já tinha levado minha filha para o hospital, já estavam voltando com ela. Foram uns anjos da guarda na minha vida, foi o momento certo, para a coisa certa. A nossa Dra. Lucidalva, que eu costumo dizer que ela carregava a lei na bolsa, estava muito bem equipada sabendo do que falava e do que estava usando.

Naquele momento ela disse que ele tinha que ser autuado porque era ‘assim assim assim’, explicou tudo e o delegado disse “Não é hoje”. E foi para a calculadora somar e era realmente naquele dia. O agressor chamou o policial e pediu que falasse que queria falar comigo.

O policial foi comigo lá e ele disse “Olha, aquele dinheiro que tu tem guardado para pagar os negócios da barraca, me empresta para me soltar é R\$300,00 certinho, é a minha fiança”, só que eu não ia fazer isso, o medo era grande pois no meu pensamento ele ia se soltar e ia voltar para casa comigo, mas ainda assim eu tive coragem de dizer não.

O policial disse que não iria entregar os pertences que estavam com ele, tinham ficado tudo lá fora, ele estava inclusive com o meu dinheiro no bolso.

Eles disseram a ele “Não, só iremos entregar a ela. Se é dela”. Ele ficou doido querendo se soltar, me chamou e disse assim “Fala com as mulheres do Centro, liga para elas para ver se me tiram daqui. Tu explica que isso não vai mais acontecer, que eu estava bêbado”, eu disse “Não, a sapatão não vai fazer isso por você, tu não disse que ela não gostava de homem?”. Ficamos na delegacia como a Dra. já mencionou, até a madrugada e no outro dia de manhã fomos para o IML.

Ele não tinha uma cicatriz, uma marquinha no corpo. Porém, segundo ele, estava todo esfaqueado de tesoura que, meu Deus, nem me passou pelo pensamento, se tivesse eu tinha feito. Daí ele foi preso, o que para mim foi pouco tempo, mas para uma pessoa que dizia que não ficaria um dia preso porque bateu em mulher, que isso nunca foi crime, ele ficou 4 meses e 13 dias. Então para mim foi uma grande vitória, é como se ele tivesse ficado 40 anos e quando saiu durante esse período o meu medo era grande, dormia e acordava com medo que ele chegasse.

As meninas do Centro mudaram toda a fechadura da minha casa, botaram cadeado nos portões, fizeram tudo que era preciso para eu me sentir segura, só que não tinha como, foram 20 anos de medo.

Meus filhos também, tivemos que passar pelo psicólogo, a menina do Centro conseguiu o psicólogo, passamos mais de um ano indo com as crianças. Íamos em conjunto e individual para nos adaptarmos. A situação foi tão grave que meus filhos não me reconheciam como mãe, eles achavam que eu era a irmã mais velha, porque o que o pai fazia com os filhos, fazia comigo, ele dizia assim “Se me arretar aqui, vai apanhar tu, menino e tudo”, ele ia lá para dentro e quando voltava, batia em todo mundo, a pisa que dava nos filhos, dava em mim.

Por isso eles não tinham noção de que eu era mãe, já que a mãe não mandava em nada e ele dizia “Tua mãe não manda em nada aqui, ela não pode botar um caroço de feijão no fogo sem a minha ordem”, tinha dia que ele ia sair e dizia “Quando eu chegar tu faz o almoço”, só que já era tarde e eu botava um feijão no fogo, um arroz e quando ele chegava, dizia “Quem mandou botar? Jogue no mato”, aí atirava a panela pela porta e falava “Hoje todo mundo vai comer bolacha”.

Se eu penteasse meu cabelo, botasse dividido no meio não podia porque mulher casada não usa cabelo aberto no meio, se eu botasse de lado, era só as prostitutas que usavam cabelo de lado. Tudo ele tinha uma maneira de me derrubar, de me humilhar eu não tinha conhecimento com ninguém, minha família nem ia na minha casa.

O que precisávamos ouvir sobre a Lei Maria da Penha, que para mim, eu sou suspeita a falar porque foi a minha salvação, graças a Deus. Ela veio junto com a minha liberdade, foi uma carta de alforria que uso até hoje e costumo dizer que completo ano no dia que a lei completa.

Nasci de novo, vou fazer 18 anos ainda e eu quero concluir porque o tempo é pouco e tem muita coisa para ser feita ainda, mas eu quero terminar fazendo uma pergunta a vocês. Como nós estamos criando os nossos filhos, nossos meninos que serão os homens de amanhã? Vivemos dizendo às meninas para elas lutarem pelo Direito delas, ensinando e mostrando.

Entretanto, dizemos o quê aos meninos? Tenho um filho que quando morávamos com o pai, podia ter a tempestade que tivesse com roupa no varal, ele apanhava tudo menos uma calcinha ou um sutiã de mulher porque não era coisa de homem, o pai dele dizia. Fui mostrando a ele que não era assim e hoje em dia ele bota no arame, ele apanha.

Portanto, o homem de amanhã, quem vai fazer somos nós, os meus netos, os filhos de vocês.

Logo, mostrem a eles o que é o certo e o que é errado, para eles não serem consumidos, nem tocados por essa doença terrível que é o machismo. Quero agradecer também aos homens que estão aqui. É muito bonito ver porque enquanto uma cabeça doente lá fora diz que as mulheres agora vão morrer, porque depois da Lei ninguém bate, só mata. Não é assim. Enquanto isso, tem homens aqui que estão ouvindo apoiando e lutando junto, só tenho a agradecer a vocês.





— Legislação e Direitos

Mais respeito aos direitos das mulheres

A POLÍTICA COMO UM ESPAÇO PARA TODOS E TODAS

Por **Débora Almeida**

Deputada Estadual



[@DEBORAALMEIDA.PE](https://www.instagram.com/DEBORAALMEIDA.PE)

*Reflexões sobre os
Direitos das Mulheres
e Representatividade.*

70

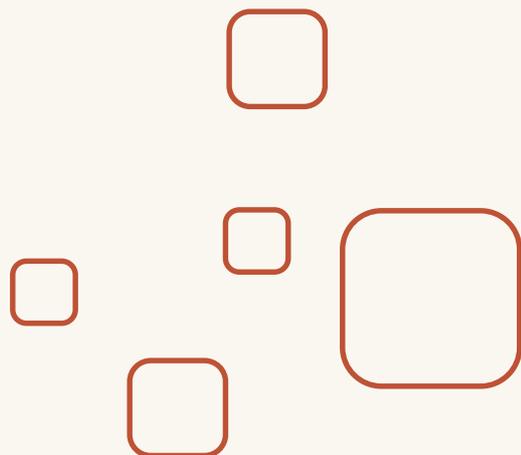
Foi uma alegria receber os alunos da Facho, da Unibra, da Faesc para participar do Fórum Alepe Mulher no último dia 15 de março de 2024. Fiquei muito feliz pela presença de mais de 200 jovens interessados na política, e quero reafirmar que este espaço é de todos os pernambucanos.

Acredito que a transformação da sociedade, das cidades, do Estado e do país passa por duas áreas: educação e política. Por meio dessas ações, conseguimos mudanças na educação, na saúde, na infraestrutura, entre outros setores. Por exemplo, as mulheres conquistaram muitos direitos ao longo dos séculos, mas ainda há outros que lhes são negados.

Destaco a participação da advogada Daniela Melo, que nos trouxe conhecimentos sobre lutas por direitos, e a Dra. Daisy Pereira, desembargadora do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que durante muito tempo foi a única mulher no tribunal. Agora temos duas mulheres, mas ainda é um número muito baixo, considerando que há 52 assentos. Também gostaria de saudar a delegada Bruna Falcão pelo seu trabalho e coragem, lembro que é fundamental que as mulheres vítimas de violência sejam acolhidas com respeito e não julgadas ao procurarem uma delegacia.

Precisamos de mais representatividade feminina, apesar de termos muitas mulheres atuando como juízas, juristas, advogadas, promotoras, entre outras profissões jurídicas em nosso Estado. Muitas vezes, porém, elas enfrentam dificuldades para ocupar cargos de liderança, não figurando nas listas tríplices para seleção. Recentemente, houve um avanço no Conselho Nacional de Justiça, com a implementação de listas exclusivas de mulheres. Isso é um passo importante, mas ainda temos um longo caminho para alcançar uma representatividade justa.

Para concluir, deixo uma reflexão: por que tantas mulheres, jovens e bons políticos evitam a política? Muitas vezes, porque são desacreditadas e desrespeitadas, isso é resultado de violência política. Logo, a participação das mulheres na política é crucial para fazer a diferença e transformar a sociedade.



Da autorização para integrar a sociedade e o meio produtivo às cadeiras do Legislativo

Por Daniella Melo

Advogada - representante da OAB/PE

“Nós nos fazemos mulher no exercício diário de nossas lutas, e como é difícil ser mulher numa sociedade que nos nega o direito de pertencimento pleno.”



É uma honra e um privilégio estar aqui representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco, em especial a minha querida amiga Isabela Lessa, que tem feito uma atuação brilhante à frente da Comissão da Mulher Advogada, atuando incansavelmente na defesa das prerrogativas e da inclusão social da mulher, da dignidade, da preservação e do restabelecimento de uma cidadania plena, uma cidadania com vez e voz.

Agradeço também à Deputada Débora por esse convite tão essencial de trazer essa pauta que me é tão cara para tantas pessoas presentes.

Fico feliz de ver homens e mulheres compondo esta plateia, é bom ter os homens conosco nessa luta que estabelecemos.

Cumprimento também as integrantes e representantes desta casa, as chefes de gabinete Fernanda, Tatiana, Maria do Socorro, que anotei aqui para não me esquecer. E também a Dra. Daisy Pereira. Quanta honra tê-la comigo aqui nesta mesa. Ela foi representante no Tribunal de Justiça, a voz das mulheres, a única.

Agora, recentemente, temos mais uma desembargadora. Mas por muito tempo Dra. Daisy foi a única pessoa que pôde lançar um olhar sensível dentro de uma perspectiva de gênero, para as demandas que são tratadas nesta casa tão importante, que aprecia todos os pleitos em grau recursal.

Também saúdo a delegada Bruna, que é uma mulher aguerrida na defesa das pautas das mulheres à frente da delegacia especializada, e que acolhe essas vítimas que chegam tão sofridas à delegacia e que necessitam do acolhimento particular dessa mulher tão guerreira.

Meus queridos, hoje gostaria de trazer uma reflexão para vocês, e vou iniciar com uma fala que não é minha, é de Simone Beauvoir, uma grande existencialista francesa, uma mulher que ocupou um lugar de resistência. Ela dizia: "Não se nasce mulher, torna-se mulher". Nós nos fazemos mulher no exercício diário de nossas lutas, e como é difícil ser mulher numa sociedade que nos nega o direito de pertencimento pleno. Recentemente, ouvi atenta à fala das minhas antecessoras sobre os direitos conquistados pelas mulheres.

São direitos tão recentes: 1932, direito ao voto; 1962, direito a trabalhar sem autorização do marido. Vocês imaginam que antes as mulheres precisavam pedir autorização para integrar a sociedade e o meio produtivo, para ter a dignidade respeitada, com direito de acesso à renda. É uma realidade de conquistas muito recentes a questão dos direitos reprodutivos, que a mulher não tinha direito a fazer laqueadura até bem recentemente, sem a autorização do seu marido, como se a sociedade negasse o direito da mulher de decidir pelo seu próprio corpo, o que ela pode, deve e quer fazer.

Falar dessas dores, falar do exercício vivencial das mulheres, é falar das dores de uma exclusão estrutural que vem sendo reproduzida ancestralmente de forma cultural, e que leva as mulheres a um sentimento de não ser.

Simone de Beauvoir, com quem abri a citação, dizia que se dedicou como precursora do movimento feminista a entender por que as mulheres, tendo consagrado seus direitos, como aqui no Brasil, por exemplo, a partir de 88, ela tem igualdade de direitos e deveres consagrado pelo artigo 5º e apesar disso essas mulheres ainda não exercem em plenitude esses direitos.

Vamos falar de pertencimento e representatividade, porque uma coisa não é possível sem a outra. A conquista efetiva do pertencimento não é possível sem representatividade. Então, falar dessa pesquisa e desse pertencimento é olhar para a história, olhar para um lugar em que a mulher foi colocada constantemente, onde ela se via e sempre se viu como um acessório.

Ainda hoje, vemos poucas mulheres no cenário político muitas vezes porque as mulheres não se sentem predispostas ao exercício de um cargo público, porque foram ensinadas que esse não era o lugar para elas. Essas dores estruturais são fruto de um processo de aprendizado e nesse aprendizado perverso, a lógica social exclui sistematicamente as mulheres.

É um processo inconsciente. Não quer dizer que as mulheres têm uma fala minha agora, que irei trazer uma questão de como a cultura introjetada nas religiões reverbera o posicionamento das pessoas no seio da sociedade. Eu não estou fazendo crítica a qualquer religião. Não se sintam ofendidos por favor, eu estou apenas mostrando como a cultura reverbera em coisas que nós aprendemos e reproduzimos sistematicamente nas nossas vidas.

Então, esse exercício de reflexão faz com que a gente possa exercer o que se chama para ciência neuroplastia. Nós muitas vezes reproduzimos falas, repetimos um padrão que não nos é satisfatório, que não nos conduz à nossa felicidade vivencial, porque nós aprendemos e o nosso cérebro repete, não por maldade, não por autossabotagem, mas por economia, economia de energia. O HD registrou e ele vai reproduzir, ele vai reproduzir porque para eu estar aqui conversando com vocês, falando com vocês, eu estou respirando, eu estou gesticulando, estou me movimentando, e eu faço isso tudo no automático. Eu não reflito, isso não é um exercício de cognição, eu estou fazendo porque eu aprendi.

E aí eu trago a seguinte inquietação: se nós aprendemos que existe um lugar para homens e um lugar para mulheres, é natural que nós sigamos a nossa vida sem refletir, reproduzindo

aquele padrão que nós aprendemos que nossas mães aprenderam, que nossas avós aprenderam, e assim sucessivamente.

Aqui eu gostaria de trazer a essa reflexão da repetição do padrão, que alguns chamam de crença limitante [...]

as crenças que nos amarram no nosso lugar, as crenças que não nos permitem prosseguir, as crenças que fazem com que nós não tenhamos um determinado concurso porque achamos que não somos boas o suficiente, para que não nos lancemos numa carreira política porque achamos que não é lugar para nós, é um lugar para homens.

Então essas crenças precisam ser vencidas e a neurociência diz que isso é possível, e existe a possibilidade de cada um de nós exercer o que se chama de neuroplastia, que é o estabelecimento, a criação de um novo padrão a partir da reflexão de quem eu sou e do que eu quero.

E se eu me entendo mulher, se eu sinto as minhas dores e se eu quero ocupar espaço a partir de um exercício de resiliência positivo, eu tenho que refletir essas crenças, entender aonde essas crenças me fizeram chegar para poder reinventar a roda com o carro em movimento.

Eu gostaria de incitar cada um de vocês e cada uma de vocês a refletir quem vocês são e o que vocês desejam do fundo do seu coração, porque o lugar da mulher não pode ser limitado pelo desejo ou pela lógica de uma sociedade perversa. Nós temos o direito de pleno pertencimento e de ocupar o espaço que nós desejamos e que nos faz feliz. Então vamos começar a refletir, refletir sobre os nossos padrões e reinventá-los aqui agora e a cada instante da nossa vida.

Temos atuado incansavelmente na Comissão da Mulher Advogada para plantar sementes da transformação da sociedade que eu não creio que seja possível sem a fala que transforma,. Porque a fala que desperta a consciência e é a consciência alerta que induz à mudança plena, à mudança efetiva. Já dizia o nosso saudoso Paulo Freire que a educação ela move, ela não muda o mundo, mas ela toca o coração das pessoas, e pessoas transformadas, elas sim, podem realizar uma diferença enorme na sociedade, nessa sociedade que olhando a nível mundial, nós vamos nos deparar com uma sociedade onde 10% das mulheres são chefes de estado, 15% das mulheres são parlamentares, e no exercício do Judiciário poucas mulheres ocupam cargos de decisão nos tribunais.

Aqui em Pernambuco, somada à doutora Daisy, apenas existe uma a mais. Precisamos de uma legião de mulheres ocupando espaços. Nesta casa, a representatividade feminina caiu. Atualmente, nós temos seis deputadas estaduais apenas. Nós não precisamos apenas de seis, essas seis nos são muito caras e valiosas, mas nós precisamos de uma legião de mulheres e de homens empáticos à pauta da transformação que se faz urgente aqui agora. Então, a educação é a mola propulsora da mudança e a representatividade é a palavra.

Não existe a possibilidade de mudança sem uma educação com perspectiva de gênero e sem uma política com perspectiva de gênero, porque nós precisamos ocupar mais cadeiras,

nós temos plena condição, e aqui eu encerro esta fala conclamando a todos vocês a participarem mais e mais do processo político, do processo de defesa dos direitos e das prerrogativas de cada uma de nós. Porque nós só poderemos de fato transformar a nossa realidade se nós nos esforçarmos.

Esperança é mudança. Agradeço imensamente a oportunidade e fica aqui essa reflexão que eu espero contribuir para alicerçar os passos da construção desse novo mundo, um mundo de pertencimento para as mulheres, de inclusão, de parceria com os homens, de dignidade e de plena cidadania. Muito obrigada!





Rafa Magalhães
Cantora

I Fórum Alepe Mulher se encerra com apresentações culturais e homenagens

O quarto dia de evento teve a participação da cantora Rafa Magalhães, que finalizou o evento apresentando músicas regionais, demonstrando o quanto a tradição da música pernambucana tem a forte representação feminina.



Coral Vozes de Pernambuco

Já no último dia do Fórum, as apresentações artísticas ficaram por conta do Coral Vozes de Pernambuco, composto por servidores da Alepe e Cristina Amaral.



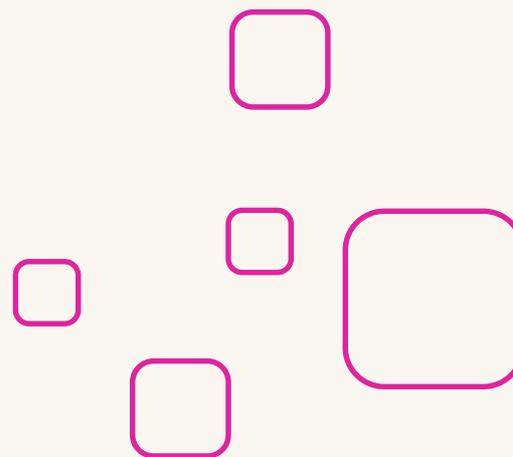
Cristina Amaral
Cantora

Ainda no encerramento do encontro, a Assembleia Legislativa de Pernambuco homenageou sua mais antiga servidora, Socorro Lima, que atua no serviço público há 50 anos.

O 1º Fórum Alepe Mulher instigou uma série de assuntos de extrema relevância para as mulheres pernambucanas, e teve como propósito apoiar a legislatura feminina, e incentivar a equidade de gênero na Casa do Povo.



Socorro Lima
Servidora na Alepe





Contextualização da representatividade feminina na Alepe

Dani Portela
Débora Almeida
Delegada Gleide Ângelo
Rosa Amorim
Simone Santana
Socorro Pimentel

Deputadas Estaduais



79

Estamos em 2024 e, sem ressalvas, ousamos dizer que a violência contra a mulher está enraizada e cristalizada em nossa sociedade. Apesar das conquistas de direitos básicos, como respeito, dignidade e o direito à vida, a ampliação das conquistas femininas no campo político trouxe consigo a materialização de mais uma agressão que tem suas origens atreladas à misoginia: a violência política — esta, que pode ser considerada a matéria sobre a qual as demais violências de gênero, graves e sistemáticas, atingem e destroem a vida de todas as mulheres. Se considerarmos os marcadores de raça, sexualidade e classe, teremos as mulheres trabalhadoras racializadas das periferias urbanas e rurais e as mulheres trans, as que mais sofrem com as violências, desigualdades e exclusões.

A violência política diz respeito a todas nós, mulheres. Sua existência marca a origem de todos os outros tipos de violência, sempre fazendo uso de mecanismos que se tornam tão comuns que são naturalizados e passam despercebidos no cotidiano.

E este é o âmago da violência de gênero: desvalorizar a mulher,

minar sua confiança e reduzi-la a um espaço privado, sem possibilidade de autonomia e mudança. Desta maneira, temos naturalizado o pensamento da mulher longe do espaço público, restrita à esfera privada, doméstica, fora dos debates sociais e políticos. Como consequência, vivemos em um mundo onde projetos, políticas e ações são, em sua maioria, pautadas e viabilizadas pelo crivo masculino.

A consciência crítica para a desconstrução da cultura machista e patriarcal se faz necessária e presente na medida em que as políticas públicas e suas ações são geridas e administradas por homens que não detêm a vivência e a sensibilidade necessárias para este lugar de fala. Talvez caiba aqui uma exemplificação sobre o projeto de lei que tramita na câmara federal que pretende punir o aborto de uma gravidez ocasionada por estupro, com pena criminal maior que a do estuprador, ou, sobre a até pouco vigente autorização do marido para que a mulher possa fazer uma laqueadura — puxando, assim, uma discussão sobre a autonomia das mulheres sobre seus corpos.





As últimas disputas eleitorais têm deixado um danoso saldo para as candidatas em todo o país: em maior ou menor grau, somos atacadas em nossa condição de mulher. São agressões naturalizadas que vão desde comentários direcionados nas redes sociais, ofensas verbais, psicológicas e até econômicas, que ocorrem, por exemplo, quando os recursos partidários não são distribuídos de forma equilibrada entre os candidatos de ambos os sexos. Para 2024, ano eleitoral, precisamos encarar o enfrentamento à violência política como principal desafio, uma vez que são recorrentes casos de municípios pernambucanos que não possuem mulheres no campo político, seja no executivo, seja na vereança.

O Fórum Alepe Mulher nasce, assim, como uma semente de conscientização sobre a urgência da equidade de gênero em nossa sociedade a ser germinada por nós, cujos frutos nossas futuras gerações terão o prazer em colher, assim como hoje colhemos os frutos de Adalgisa Cavalcanti, a primeira parlamentar da Alepe.

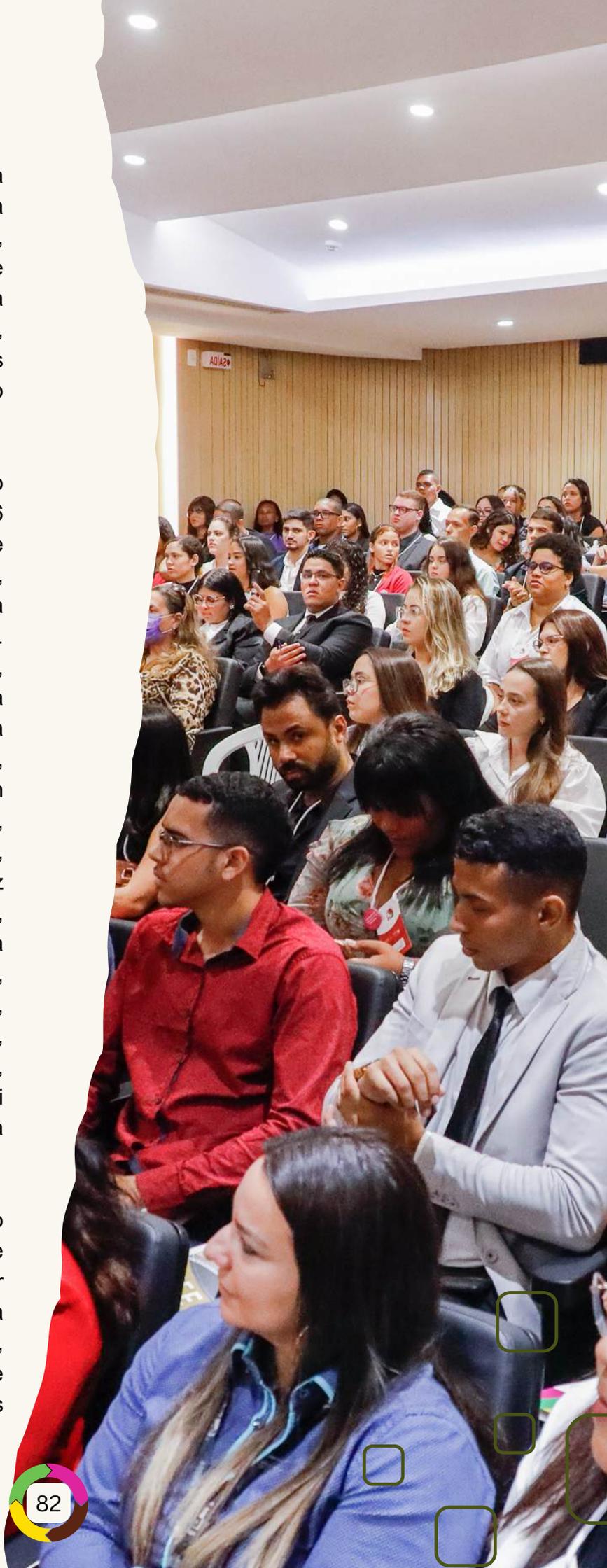
Nascida no dia 28 de julho de 1907, em Glicério, no município de Canhotinho, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti foi a primeira deputada estadual eleita do Estado de Pernambuco, em 1947, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Eleita ao cargo de deputada estadual com 2.298 votos nas Eleições Gerais de 1947, Adalgisa teve uma atuação política marcada pela defesa das camadas populares, da educação e das mulheres.

Dentre as suas diversas ações, protocolou requerimento enviado à Mesa de Reuniões para indicar ao Poder Executivo a necessidade de aumento no subsídio concedido à Casa do Estudante, além de criticar os baixos vencimentos de professoras do ensino primário que exerciam suas funções no interior do Estado. A deputada também articulou a aprovação de projetos de sua autoria, estendendo direitos até então somente concedidos aos homens, como no caso do abono salarial a funcionários públicos, e concedendo subvenções a pequenos agricultores e lavradores, como no caso da Liga Camponesa de Iputinga.

Esse breve resumo, marca o início da presença feminina na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, para além das biografias individuais de cada parlamentar que ocupou uma cadeira na Casa do Povo. Com isso, enalteçemos a história de quem nos antecedeu e pavimentou o caminho pelo qual passamos.

Fica aqui o registro que o pioneirismo delas foi seguido por mais outras 36 deputadas que, ao longo dos anos de 1945 até a Legislatura atual, a 20ª, contribuíram para ampliar a representação feminina no Parlamento. Foram elas: Leila Abreu, Lúcia Heráclio, Teresa Duere, Rosa Barros, Luciana Santos, Malba Lucena, Carla Lapa, Ana Cavalcanti, Dilma Lins, Jacilda Urquiza, Ana Rodovalho, Aurora Cristina, Miriam Lacerda, Elina Carneiro, Ceça Ribeiro, Nadegi Queiroz, Terezinha Nunes, Laura Gomes, Mary Gouveia, Beatriz Vidal, Isabel Cristina, Priscila Krause, Raquel Lyra, Teresa Leitão, Maria Joselita Pereira Cavalcanti (Juntas), Roberta Arraes, Clarissa Tércio, Alessandra Vieira, Fabíola Cabral, Dulcicleide Amorim, Simone Santana, Gleide Ângelo, Rosa Amorim, Dani Portela, Socorro Pimentel e Débora Almeida.

Apesar das várias vitórias com o aumento progressivo da participação e permanência de mulheres no Poder Legislativo de Pernambuco, temos uma preocupação. Nas eleições de 2022, tivemos um retrocesso, com registro de uma queda no número de deputadas eleitas em relação ao ano de 2018.





Ao ocupar os espaços de poder, devemos pensar em maneiras de permanecer, garantindo a presença feminina para as próximas gerações. Nesse sentido, os encontros do 1º Fórum Alepe Mulher serviram como um espaço de debate e reflexões, tratando dos mais variados temas, como: presença das mulheres na política, educação e trabalho, saúde mental e bem-estar, enfrentamento à violência e legislação e direitos.

Para abordar essas questões, o 1º Fórum Alepe Mulher cumpriu com o que se propôs, trouxe à tona a necessidade de repensarmos as formas de aumentar a representatividade feminina. O evento visou enaltecer a presença das mulheres na política, e serviu como convite para futuras candidatas e eleitoras, fazendo com que se sintam mais representadas no Parlamento.

Desta forma, nós, parlamentares da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco — Débora Almeida, Socorro Pimentel, Gleide Ângelo, Simone Santana, Rosa Amorim e Dani Portela —, decidimos homenagear a trajetória das mulheres que nos antecederam e dar continuidade à missão de aumentar a participação feminina no Parlamento pernambucano.

Adalgisa Cavalcanti

Mandato: 1947 a 1948



Natural de Canhotinho e filha de pequenos agricultores, Adalgisa Cavalcanti entrou para a história como a primeira deputada pernambucana. Sua carreira legislativa foi interrompida em 1947 devido à cassação do PCB, partido a que era filiada. Apesar disso, continuou ativa em movimentos sociais contra a carcerista e pela paz.

Maria Elisa Viegas

Mandato: 1955 a 1959

Professora de profissão, Maria Elisa Vieira ganhou notoriedade na Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos, propondo a iniciação dos jovens do interior em aprendizagens profissionais agrícolas e artesanais. Graças à sua atuação, várias escolas de ensino médio foram construídas em Pernambuco.



Aracy de Sousa

Mandato: 1967 a 1974



Aracy de Sousa foi a primeira deputada estadual reeleita da história de Pernambuco. Durante seus mandatos, destacou-se na defesa dos direitos das mulheres, incluindo propostas para a prestação do Serviço Militar por mulheres e a defesa do divórcio.

Leila Abreu

Mandato: 1983 a 1987



Leila Abreu atuou na Alagoa como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Participou ativamente do movimento "Direito ao" e foi nomeada para a Comissão Especial responsável pela criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Lúcia Herédia

Mandatos: 1987 a 1991, 1993 a 1996

Lúcia Herédia foi deputada constituinte e vice-presidente das Comissões de Administração Pública e de Ciência, Tecnologia e Informática. Durante seu mandato, focou sua atuação na defesa dos direitos das mulheres e causas ambientais. Em 1996, elegeu-se prefeita de Bonito.



Tereza Duarte

Mandatos: 1999 a 2003



Iniciando sua carreira ao lado de Don Helder Câmara, a professora universitária Tereza Duarte foi eleita deputada estadual em 1991. Realizou-se para mais dois mandatos consecutivos. Posteriormente, tornou-se a primeira mulher conselheira do TCE/PE.

Rosa Sampaio

Mandato: 1985 a 1987



Professora de história na UPE, Rosa Sampaio atuou na Alagoa como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Participou ativamente do movimento "Direito ao" e foi nomeada para a Comissão Especial responsável pela criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Lúcia Santos

Mandato: 1973 a 2003



Professora de história na UPE, Lúcia Santos atuou na Alagoa como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Participou ativamente do movimento "Direito ao" e foi nomeada para a Comissão Especial responsável pela criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Marta Lacerda

Mandato: 1991 a 2007



Professora de história na UPE, Marta Lacerda atuou na Alagoa como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Participou ativamente do movimento "Direito ao" e foi nomeada para a Comissão Especial responsável pela criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Thalita

Professora de história na UPE, Thalita atuou na Alagoa como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Participou ativamente do movimento "Direito ao" e foi nomeada para a Comissão Especial responsável pela criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Isabela

Mandato: 2007 a 2011



Professora de história na UPE, Isabela atuou na Alagoa como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Participou ativamente do movimento "Direito ao" e foi nomeada para a Comissão Especial responsável pela criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Luiz Carlos

Mandato: 2011 a 2015



Professora de história na UPE, Luiz Carlos atuou na Alagoa como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Participou ativamente do movimento "Direito ao" e foi nomeada para a Comissão Especial responsável pela criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Fabiola Cabral

Mandato: 2019 a 2023



Com raízes tanto no Recife quanto no Cabo de Santo Agostinho, Fabiola Cabral tem o histórico de envolvimento em projetos sociais voluntários, focando na inclusão das mulheres no mercado de trabalho. A publicitária se elegeu em 2018 para a Alege, onde presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Dulcicleide Amorim

Mandato: 2019 a 2023



Geógrafa, professora da rede pública de Pernambuco e ex-primeira-dama de Petrolina, Dulcicleide Amorim, defendeu na Alege mulheres, trabalhadores rurais, cristãos e o Sertão. É autora de projetos como o Estatuto do Desenvolvimento Rural Sustentável e iniciativas contra o racismo e em favor da cultura local.

Delegada Gleide Ângelo

Mandato: 2019 - atual



Deputada estadual mais votada da história de Pernambuco nas eleições de 2018, foi reeleita em 2022 e assumiu a presidência da Comissão da Mulher. Com formação em Administração de Empresas e Direito, iniciou sua carreira na Polícia Civil em 2003, destacando-se especialmente na criação de projetos de lei em combate à violência contra mulheres.

Carissa Mória

Mandato: 2019 a 2023



Violinista e Asembleira de Deus - Mônica Neves de Castro Tótes desempenha seu papel na Alege procriando a agenda conversadora, com foco na proteção da vida a partir da concepção e das viagens familiares, além de atuar no tratamento de próstata de doenças raras e dependentes químicas. Advogada e deputada federal por Pernambuco.

Janitas

Mandato: 2019 a 2023

Primeira e única mulher autorizada a viajar na história do legislativo estadual pernambucano, formada por cinco mulheres e filha de Cascares, jornalista, ambientalista e vidente no movimento anti-étnico, Tereza Lemos, primeira eleitora fora de Pernambuco e atual deputada federal. Mãe Carina, professora da rede estadual de ensino, Carol Virginia, promeira e produtora audiovisual e Joana Carla, militar, tenente de Bom Jardim.

Alexandra Vieira

Mandato: 2019 a 2023



Alexandra Vieira, natural de Santa Cruz do Capibaribe, é ex-Secretária de Meio Ambiente da Alege. Possui uma atuação proeminente no combate à violência contra a mulher na rede pública de saúde das cidades pernambucanas.



Assista à íntegra
do 1º Fórum
Alepe Mulher



ALEPE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

A Casa do Povo Pernambucano



ALEPE
SOLIDÁRIA,
SUSTENTÁVEL
E INCLUSIVA



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR